

MERCADOS



Bovespa vira no fim e sobe 0,02%, aos 124.196 pontos puxada pela Vale

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) esboçou recuperação na parte inicial da sessão, e não conseguiu reter o sinal positivo ao longo da maior tarde da tarde, período no qual os índices de Nova York também devolveram os ganhos observados mais cedo. Contudo, o Índice Bovespa (Ibovespa) evitou, no fechamento, que a sequência negativa chegasse ontem à sétima sessão. Ontem, oscilou dos 123.396,53 (-0,62%) aos 125.140,22 (+0,78%), encerrando o dia pouco acima da estabilidade, em leve alta de 0,02%, aos 124.196,18 pontos, com giro financeiro a R\$ 21,8 bilhões.

Na semana, o Ibovespa cai 1,39% e, no mês, recua 3,05%, elevando a perda acumulada no ano a 7,44%. Quarta-feira, o índice havia encerrado no menor nível desde 14 de novembro. Em Nova York, os três principais índices de ações encerraram ontem, sem sinal único, entre baixa de 0,52% (Nasdaq) e leve ganho de 0,06% (Dow Jones).

Ainda assim, ações associadas ao ciclo doméstico, parte das quais muito sensíveis a juros, como as de varejo (Casas Bahia -4,17%), estiveram entre as maiores perdedoras da sessão, ao lado de nomes como CVC (-4,26%), Azul (-3,82%), MRV (-3,31%) e Locaweb (-3,18%). Na ponta oposta do Ibovespa, destaque para Assaí (+2,65%), Totvs (+2,47%), Localiza (+1,82%) e Alparagatas (+1,8%).

Na B3, entre os setores de maior peso no índice de referência, os grandes bancos operaram no vermelho desde cedo, com perdas entre 0,14% (Banco do Brasil ON) e 0,82% (Bradesco ON) no fechamento, à exceção de Itaú (PN +0,13%). O desempenho do Ibovespa piorou ao longo da tarde com a reversão das duas principais empresas do índice, Vale e Petrobras, ao negativo. No fechamento, contudo, a ação ON da mineradora reagiu e mostrou alta de 0,37% e as da petroleira, baixa de 0,24% na ON e alta de 0,18% na PN, em dia de desempenho levemente negativo para o petróleo, mas ainda amplamente positivo para o minério - em alta de 3%, a US\$ 120,7 por tonelada em Dalian, China, no contrato mais negociado, para setembro.

DÓLAR

Após queda de 0,47% quarta-feira, o dólar à vista apresentou leve alta na sessão de ontem, dia marcado por fortalecimento da moeda americana no exterior.

Tirando uma queda pontual e limitada nos primeiros negócios, quando registrou mínima a R\$ 5,2293, a moeda trabalhou em alta no restante da sessão. Com máxima a R\$ 5,2784 no início da tarde, o dólar reduziu bastante os ganhos na última hora de pregão e encerrou cotado a R\$ 5,2502, avanço de 0,12%. A divisa passa a apresentar avanço de 2,52% nesta semana, o que leva a valorização acumulada em abril para 4,68%.

ATUALIZAÇÃO

Plano de recuperação da Oi fornece liquidez até alienação de ativos

JULIANA GARÇON E CIRCE BONATELLI/AE

O plano atualizado de recuperação judicial apresentado ontem, pela Oi à assembleia geral de credores preserva os pontos essenciais do plano original e fornece liquidez à companhia até a alienação de ativos, de acordo com Thales Paixão, diretor jurídico da tele. "As condições do financiamento não foram alteradas de forma substancial", disse.

Foi reiterado que a liberação de novos financiamentos à Oi pode chegar a US\$ 650 milhões, conforme já definido na versão anterior. Já o empréstimo-ponte subiu de US\$ 125 milhões para US\$ 135,8 milhões nesta nova versão.

A estrutura de garantias não mudou. Os financiamentos terão como garantia a participação que a Oi tem na V.Tal; o negócio de banda larga (chamado Oi Fibra, que será segregado para venda); 100% dos recursos líquidos que a Oi espera receber no seu processo de arbitragem contra a Agência Na-

cional de Telecomunicações (Anatel), em que pleiteia um total de R\$ 60 bilhões; e um grupo selecionado de imóveis.

De acordo com Paixão, os credores que oferecerem liquidez estão habilitados à linha de pagamento de até R\$ 6 bilhões em duas tranches: uma de R\$ 4,5 bilhões com vencimento em dezembro de 2028 e outra de R\$ 2,25 com vencimento na mesma data, mas também possibilidade de extensão do prazo pela companhia.

A Oi retomou às 14 horas desta quinta-feira a assembleia suspensa na quarta-feira, logo após a instalação, a pedido de credores.

Paixão destacou que a nova versão foi disponibilizada aos credores duas horas antes do início da assembleia e agradeceu aos credores pela disponibilidade para negociação. "Quero agradecer a todos os credores, realmente houve engajamento".

Após a apresentação do novo plano, a assembleia foi suspensa até as 16h30 para que os credores possam analisar o novo documento.

BANCOS MULTILATERAIS

Haddad cobra recursos para enfrentar mudança climática

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

As instituições financeiras multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, devem ter mais recursos e maior participação de países emergentes na administração para enfrentar a mudança climática e o aumento da fome, disse, ontem, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Em discurso de abertura da segunda reunião da trilha de finanças do G20, em Washington, ele defendeu a reforma da governança das instituições internacionais.

"No centro desses esforços está a necessidade de garantir que o apoio dos bancos multilaterais de desenvolvimento seja orientado pelas prioridades nacionais de desenvolvimento, proporcionando benefícios tangíveis aos países beneficiários", disse Haddad em seu discurso. Atualmente, os países-membros

dessas instituições contribuem proporcionalmente à participação nesses bancos, o que favorece as nações mais ricas.

Segundo Haddad, o Brasil está elaborando um plano que torne as instituições multilaterais "melhores, maiores e mais eficazes". Os ministros de Finanças e presidentes dos Bancos Centrais do G20, grupo das 20 maiores economias do planeta, mais a União Europeia e a União Africana, votarão a proposta em outubro.

"Estamos avançando nas discussões sobre o aumento geral de capital e a possível criação de um mecanismo de revisão das necessidades de capital dessas instituições, de modo a garantir que elas continuem aptas a cumprir seus mandatos e alcançar objetivos globais mais ambiciosos", discursou Haddad. Ele acrescentou que pretende levar as sugestões a outros órgãos multilaterais.

O Brasil e outros países emer-

gentes pedem maior peso nas decisões dos bancos multilaterais para que tenham mais flexibilidade na utilização de empréstimos. Isso porque os financiamentos estão atrelados a usos específicos, o que atrasa a liberação de recursos para lidar com eventos repentinos relacionados à crise climática e para projetos de transição ecológica.

Antes da reunião, Haddad encontrou-se com a presidenta do Novo Banco de Desenvolvimento, Dilma Rousseff, também conhecido como Banco do Brics.

SUPER-RICOS

Durante a tarde, o ministro reuniu-se com o senador norte-americano Bernie Sanders, abordando a proposta de taxação de super-ricos. O parlamentar disse que pressionará o governo do presidente Joe Biden a apoiar a medida, apresentada pela primeira vez na reunião de ministros do G20 em São Paulo, no fim de fevereiro.

"Em todo o planeta, você tem governos lutando com orçamentos terríveis, incapazes de fornecer saúde, educação, moradia para sua população e [lutando com] bilionários que deveriam estar pagando sua parcela justa de impostos (e) estão escondendo seu dinheiro em outro lugar. Acho que precisamos avançar para uma abordagem global para isso", declarou o ministro.

Ele ressaltou ter recebido apoio da França e da Espanha. No entanto, o ministro das Finanças da Alemanha, Christian Lindner, se disse contrário à proposta brasileira, argumentando que os países têm um sistema apropriado de taxação.

RETORNO ANTECIPADO

Esse foi o último dia da viagem do ministro da Fazenda aos Estados Unidos. Ele antecipou o retorno ao Brasil para tratar de negociações da pauta econômica do governo com o Congresso.

INDÚSTRIA DO PETRÓLEO

Dos 48 estaleiros brasileiros, 15 estão desativados ou sem demanda

VITOR ABDALA/ABRASIL

Levantamento feito pelo Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP), lançado ontem, mapeou 48 estaleiros brasileiros. A constatação é que pelo menos seis estão desativados e nove estão ativos, mas atualmente não têm demanda de projetos navais.

Entre os estaleiros ativos, mas sem demanda atualmente, estão os dois maiores do país: Enseada, na Bahia, e o Atlântico Sul, em Pernambuco. Juntos, os dois têm capacidade para processar mais de 200 mil toneladas de aço por ano, ou seja, 40% da capacidade instalada na indústria naval brasileira.

Outro estaleiro de grande porte que está sem demanda é o QGI, no Rio Grande do Norte.

Outro, o Brasa, no Rio de Janeiro, encontra-se desativado, segundo o IBP.

A Petrobras participou da produção do levantamento. Segundo o presidente da estatal, Jean Paul Prates, a empresa, sendo a principal operadora petrolífera no país, tem uma responsabilidade como o pilar principal da demanda naval no Brasil.

"(A indústria naval) não é uma indústria antiquada, superada. Ela tem ciclos novos, que se renovam. (Além do petróleo) vamos continuar precisando de barcos de apoio para as usinas eólicas offshore, para transporte de passageiros, logística", disse Prates. "Temos que deixar de colocar esse rótulo de que resgatar essa indústria é coisa anti-

quada, com cheiro de mofo."

O mapeamento mostra que cinco estaleiros atendem a projetos da Petrobras, inclusive quatro dos 13 grandes mapeados pelo levantamento. Prates citou como exemplo a produção de módulos das plataformas P78, P80 e P83, na Brasfels, no Rio de Janeiro; da P79, no EBR, no Rio Grande do Sul; e da P82, no Jurong Aracruz, no Espírito Santo.

"Temos expectativas para a construção, em breve, da P84 e da P85. Essas (junto com a P82 e P83) são as maiores já construídas pela Petrobras com (capacidade de produção de) 225 mil barris/dia", disse o presidente da estatal.

Segundo ele, há ainda projetos de embarcações de apoio

que serão contratadas em breve pela Petrobras. Somente este ano, serão 34 contratações, sendo 24 já anunciadas neste mês. Dez serão anunciadas até o fim do ano.

No evento, ele também defendeu que o governo crie um Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Mar, para estimular a indústria naval.

"É preciso que governo, as entidades financeiras, Fundo de Marinha Mercante, todos participem desse processo também de financiamento dessa indústria. Uma demanda bem mapeada, contratos com agente extremamente sólido, com dinheiro garantido para investimento. Tudo isso não deveria ser difícil ter financiamento", disse Prates.

BC

Posição cambial líquida até 12 de abril está em US\$ 236,409 bilhões

CÉLIA FROUFE/AE

A posição cambial líquida do Banco Central atingiu US\$ 236,409 bilhões, conforme dados divulgados ontem, pela instituição. O montante tem como referência o dia 12 de abril. A posição cambial líquida encerrou 2023 em US\$ 238,568 bilhões e ficou em US\$ 238,736 bilhões no fim de março.

A posição cambial líquida traduz o que está disponível para que o BC faça frente a alguma necessidade de moeda estrangeira - como fornecer liquidez ao mercado em momentos de crise, por exemplo. É considerado pelo órgão o indicador correto para medir a resistência do País a choques externos.

A posição leva em conta as

reservas internacionais, o estoque de operações de linha do BC (venda de dólares com compromisso de recompra), a posição da instituição em swap cambial e os Direitos Especiais de Saque (DES) do Brasil no Fundo Monetário Internacional (FMI).

As reservas internacionais somavam US\$ 352,839 bilhões em 12 de abril. No fim de 2023, estavam em US\$ 355,034 bilhões e fecharam março em US\$ 355,008 bilhões.

SWAP CAMBIAL

Após registrar lucro de R\$ 857 milhões com sua posição em swap cambial pelo critério de caixa em março, o Banco Central teve resultado negativo de R\$ 9,915 bilhões com esses contratos em abril, até o dia 12.

Pelo conceito de competência, houve perda de R\$ 11,036 bilhões. O resultado pelo critério de competência inclui ganhos e perdas ocorridos no mês, independentemente da data de liquidação financeira. A liquidação financeira desse resultado (caixa) ocorre no dia seguinte, em D+1.

Com a rentabilidade na administração das reservas internacionais, houve lucro de R\$ 38,438 bilhões. Entram no cálculo ganhos e prejuízos com a correção cambial, a marcação a mercado e os juros.

Já o resultado líquido das reservas, que é a rentabilidade menos o custo de captação, ficou positivo em R\$ 31,300 bilhões no período. O resultado das operações cambiais, por sua vez, mostrou ganho de R\$ 20,264 bilhões.

O BC sempre destaca que, tanto em relação às operações de swap cambial quanto à administração das reservas internacionais, não visa ao lucro, mas a fornecer hedge ao mercado em tempos de volatilidade e manter um colchão de liquidez para momentos de crise.

ACUMULADO

No acumulado de 2024 até o dia 12 de abril, o resultado com a posição de swaps cambiais do BC foi negativo em R\$ 19,469 bilhões no critério caixa e no vermelho em R\$ 21,229 bilhões no conceito de competência.

Com a rentabilidade na administração das reservas internacionais, houve ganho de R\$ 92,086 bilhões no ano, até o fim da semana passada.

Diário do Acionista

Tels: (21) 99122-4278

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS



ACESSE NOSSO SITE

BANPARÁ

BC comunica o vazamento de dados de 3 mil chaves Pix

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Um total de 3.020 chaves Pix de clientes do Banco do Estado do Pará S.A. (Banpará) tiveram dados vazados, informou ontem o Banco Central (BC). Esse foi o oitavo vazamento de dados desde o lançamento do sistema instantâneo de pagamentos, em novembro de 2020.

Segundo o BC, o vazamento ocorreu entre 20 de março e 13 de abril de 2024 e abrangeu as seguintes informações: nome do usuário, Cadastro de Pessoa Física (CPF) com máscara, instituição de relacionamento, agência e número da conta.

O vazamento, apontou o BC, ocorreu por causa de falhas pontuais em sistemas de substituição de pagamento. A exposição, informou o BC, ocorreu em dados cadastrais, que não afetam a movimentação de dinheiro. Dados protegidos pelo sigilo bancário, como saldos,

senhas e extratos, não foram expostos.

Embora o caso não precisasse ser comunicado por causa do baixo impacto potencial para os clientes, a autarquia esclareceu que decidiu divulgar o incidente em nome do "compromisso com a transparência".

Todas as pessoas que tiveram informações expostas serão avisadas por meio do aplicativo ou do internet banking da instituição. O Banco Central ressaltou que esses serão os únicos meios de aviso para a exposição das chaves Pix e pediu para os clientes desconsiderarem comunicações como chamadas telefônicas, SMS e avisos por aplicativos de mensagens e por e-mail.

A exposição de dados não significa necessariamente que todas as informações tenham vazado, mas que ficaram visíveis para terceiros durante algum tempo e podem ter sido capturadas. O BC informou que o caso será investigado e que

sanções poderão ser aplicadas. A legislação prevê multa, suspensão ou até exclusão do sistema do Pix, dependendo da gravidade do caso.

HISTÓRICO

Esse foi o oitavo incidente de vazamento de dados do Pix desde a criação do sistema, em novembro de 2020. Em agosto de 2021, ocorreu o vazamento de dados 414,5 mil chaves Pix por número telefônico do Banco do Estado de Sergipe (Banese). Inicialmente, o BC tinha divulgado que o vazamento no Banese tinha atingido 395 mil chaves, mas o número foi revisado mais tarde.

Em janeiro de 2022, foi a vez de 160,1 mil clientes da Acesso Soluções de Pagamento terem informações vazadas. No mês seguinte, 2,1 mil clientes da Logbank pagamentos também tiveram dados expostos.

Em setembro de 2022, dados de 137,3 mil chaves Pix da Abas-

tece Ai Clube Automobilista Payment Ltda. (Abastece Ai) foram vazados. Em setembro do ano passado, 238 chaves Pix da Phi Pagamentos tiveram informações expostas.

Em março deste ano, ocorreram dois incidentes. Cerca de 46 mil clientes da Fidúcia Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte Limitada (Fidúcia) tiveram informações vazadas. Dias depois, o BC informou o vazamento de 87 mil chaves da Sumup Sociedade de Crédito.

Em todos os casos, foram vazadas informações cadastrais, sem a exposição de senhas e de saldos bancários. Por determinação da Lei Geral de Proteção de Dados, a autoridade monetária mantém uma página em que os cidadãos podem acompanhar incidentes relacionados com a chave Pix ou demais dados pessoais em poder do BC.

BALANÇA

Exportações do Brasil aos EUA atingem recorde no 1º trimestre

MATEUS CERQUEIRA/AE

O Brasil registrou pela primeira vez desde 2008 um superávit na balança comercial com os Estados Unidos no primeiro trimestre do ano, de US\$ 855,6 milhões, após as exportações para o país norte-americano atingirem US\$ 9,8 bilhões - um novo recorde para o período. Os dados são do Monitor do Comércio Brasil-EUA, da Amcham Brasil.

O Monitor aponta que o aumento das exportações aos Estados Unidos ocorreu de forma disseminada entre todos os setores produtivos brasileiros, com destaque para os produtos industriais, que corresponderam a US\$ 7,3 bilhões das exportações.

Os dados compilados pela câmara apontam também que a corrente de comércio bilateral entre o Brasil e os Estados

Unidos somou US\$ 18,8 bilhões, a segunda maior marca na série histórica.

"Isso reflete a importância da parceria entre os dois países, especialmente para produtos de maior valor agregado", afirmou a Amcham Brasil.

EXPECTATIVAS

Para este ano, a Amcham projeta aumento do comércio bilateral, orientado pelo crescimento das exportações brasileiras e pela expectativa de expansão das economias e consequente aumento da demanda de ambos os países.

"Além de celebrar os resultados dessa longa e sólida trajetória de parceria, o bicentário das relações Brasil-EUA oferece um contexto emblemático para lançar as bases de um novo ciclo para o aprofundamento da integração bilateral comercial", destaca Abrão Neto, CEO da Amcham.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
Pelo presente Edital, o SINDEERH-RJ - Sindicato dos Empregados nas Empresas de Recursos Humanos, Recrutamento, Seleção de Pessoal e Trabalho Temporário no Município do Rio de Janeiro, com sede na Avenida Rio Branco nº 156, 32º Andar - Sala 3229, Ed. Central, Centro/RJ, inscrito no CNPJ 17.382.538/0001-00, por seu Presidente Sr. Lindenberg Barbosa da Silva, no uso das suas atribuições Estatutárias, convoca todos os empregados da Empresa Parceira Solutions - Recursos Humanos & Serviços Ltda - CNPJ nº 08.572.851/0001-62, filiados e não filiados, lotados no Município que integra a sua base territorial, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada na Sede do Sindicato no dia 26/04/2024, às 10h (horário de Brasília) em 1ª convocação. Não havendo quórum do horário acima previsto, a Assembleia será instalada às 10h30 (horário de Brasília, em 2ª e última convocação, com qualquer número de presentes, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Apreciação e autorização a diretoria do SINDEERH-RJ a negociar e firmar Acordo Coletivo de Trabalho - vigência: 2024/2025 com a empresa empregadora; b) Discussão e votação sobre autorização do desconto assistencial - a ser fixada pela Assembleia Geral, nos termos do item "e" do artigo 513 da CLT; c) Assuntos gerais. RJ, 19/04/2024. Lindenberg Barbosa da Silva - Presidente

PROSPERIDADE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.
CNPJ nº 21.587.321/0001-04 - NIRE 33.3.0031409-1
CONVOCAÇÃO: Ficam convidados os senhores Acionistas da PROSPERIDADE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A. a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária que ocorrerá no dia 30 de Abril de 2024, às 8:30 horas, em primeira convocação, havendo quórum, ou às 9:00 horas, em segunda convocação, com qualquer número de pessoas presentes, na sede da Companhia à Av. Paisagista José Silva de Azevedo Neto, nº 200, Bloco 05, Loja 107, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, com a finalidade de deliberarem sobre a seguinte pauta: (i) aprovar as contas dos administradores, o relatório da administração, as demonstrações financeiras e correspondentes notas explicativas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2022 e 2023; (ii) eleger os novos membros da Diretoria e do Conselho de Administração. Rio de Janeiro, 19 de Abril de 2024.
VITORINO LUIS DOMENECH RODRIGUEZ
PRESIDENTE - Membro do Conselho de Administração

REQUERIMENTO DE LICENÇA
CAP 4 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., inscrita no CNPJ sob nº 46.460.072/0001-12, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação - SMDEIS, através do Processo EIS-PRO-2022/08061.04, a Licença Municipal Prévia e de Instalação - LMPi, para desenvolvimento de projeto de construção de agrupamento misto, situado à Avenida 6 PAA 10448/PAL 40481, N°815, Jacarepaguá.

SINDICATO DOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Nos termos dos Estatutos do SINEPE RIO e legislação pertinente, ficam os associados deste Sindicato convocados para a **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**, na próxima quinta-feira, dia 25 de abril de 2024, no auditório do Sinepe Rio - Rua da Assembleia, 77, 22º andar - Centro. A primeira convocação será às 11h e a segunda, caso necessário e nos termos estatutários, às 11h30, tendo como pauta exclusiva: apreciação, deliberação e aprovação das contas da Diretoria de 2023 e previsão orçamentária para 2024.
Rio de Janeiro, 19 de abril de 2024.
Pedro Paulo de Bragança
Presidente
Escola Particular: liberdade e democracia começam aqui.
Escola forte tem sindicato forte.

BRASIL VENTOS ENERGIA S.A.
CNPJ/MF nº 24.042.246/0001-94 NIRE 33.3.0031899-2
CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA À FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. Convidamos o senhor acionista da BRASIL VENTOS ENERGIA S.A. ("Companhia") a participar da Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas, que será realizada no dia 26 de abril de 2024, às 16h, na Avenida Graça Aranha, nº 26, 11º andar, Condomínio do Edifício Barão de Mauá II, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP: 20030-000, com a seguinte Ordem do Dia: **Matérias Ordinárias:** (i) Exame, discussão e votação do Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) Apreciação da destinação do resultado do exercício; (iii) Reeleição e eleição de membros do Conselho de Administração; e (iv) Eleição de membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal. Encontram-se à disposição do senhor acionista, na sede social da Companhia, os documentos exigidos pelo Artigo 133 da Lei nº 6.404/76, enviados também por meio eletrônico. Rio de Janeiro, 26 de março de 2024. Luciano Roberto Barbosa - Presidente do Conselho de Administração - Brasil Ventos Energia S.A.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA **MINISTÉRIO DA SAÚDE** **GOVERNO FEDERAL**
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.041/2024
O Pregoeiro André Luiz Marques Pombó convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 90.041/2024 no dia 03/05/2024 às 09h00min. - Objeto: **Aquisição de Materiais para Tomografia e Ressonância Magnética (CIRCUITO EM "Y" PARA ADMINISTRAÇÃO DE CONTRASTE POR BOMBA INJETORA, PRESSÃO MÍNIMA DE 300 PSI (COMPROVADO POR LAUDOS TÉCNICOS; ELETRÔDO ADULTO COMPATÍVEL PARA MONITORIZAÇÃO EM EXAMES DE RESSONÂNCIA MAGNÉTICA. CONFECIONADO EM ESPUMA ADESIVA; DISPOSITIVO DE 2 VIAS PARA ADMINISTRAÇÃO EM ALTA PRESSÃO DE DROGAS E CONTRASTES, LUER LOCK, QUE SUPORTE MÍNIMO DE 300 PSI; e etc) Processo nº. 33409.002488/2023-08. O Pregão será realizado no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, onde o Edital está à disposição dos interessados.**

Faros Participações S.A.
CNPJ/MF nº 42.152.763/0001-06 - NIRE 33.3.0034236-2
Rerratificação ao Edital de Convocação
Os diretores da Faros Participações S.A., inscrita no CNPJ sob nº 42.152.763/0001-06 e NIRE sob nº 33.3.0034236-2 ("Faros" ou "Companhia"), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 123 da Lei 6.404/76 ("Lei das S.A."), vem promover a rerratificação do Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária que será realizada no dia 25 de abril de 2024 às 08 horas e 30 minutos, com primeira publicação realizada no dia 17 de abril de 2024 no Jornal Diário do Acionista à pg. 05 e na página digital, a fim de incluir, na Ordem do Dia o item relativo à deliberação sobre "a criação de ações preferenciais, a atribuição das preferências e a conversão de ações ordinárias em preferenciais", mantendo-se inalterados e ratificados os demais itens da Ordem do Dia. Assim, o Edital de Convocação é ajustado e passa a convocar os acionistas com a seguinte redação: Os diretores da Faros Participações S.A., inscrita no CNPJ sob nº 42.152.763/0001-06 e NIRE sob nº 33.3.0034236-2 ("Faros" ou "Companhia"), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 123 da Lei 6.404/76 ("Lei das S.A."), convocam os acionistas da Faros, nos termos do artigo 124 da Lei das S.A., para a **Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária** a ser realizada no dia 25 de abril de 2024 às 08 horas e 30 minutos, de forma exclusivamente digital, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia, em AGO: (i) exame e aprovação das demonstrações financeiras e balanço patrimonial referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) aprovação da destinação dos resultados e distribuição de dividendos; em AGE (III) o Protocolo e Justificação da Incorporação da **Messem Partnership Ltda.**, sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Caxias do Sul, RS, na Rua Alfredo Chaves, nº 1208, Sala 1908, Bairro Centro, CEP 95.020-460, inscrita no CNPJ sob nº 41.932.821/0001-43, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul sob o NIRE 43209004121 ("Messem") pela Companhia, celebrado em 10 de abril de 2024 ("Protocolo de Incorporação"); (iv) a ratificação da escolha dos Peritos da Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes - Sociedade Simples, sociedade estabelecida na cidade de Porto Alegre, na Rua Dr. Nilo Peçanha, nº 724, sala 502, Porto Alegre, RS, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 21.601.212/0001-02, registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul sob o nº 6706/0, para elaboração do laudo de avaliação do patrimônio da Messem a valor contábil ("Laudo de Avaliação"); (v) aprovação do Laudo de Avaliação; (vi) a aprovação da incorporação da Messem pela Companhia, e a consequente extinção da Messem, nos termos do artigo 227, §3º da Lei das S.A.; (vii) autorização à administração da Companhia a praticar todos os atos necessários à efetivação das aprovações acima; (viii) alteração da denominação social da Companhia; (ix) eleição dos administradores da Companhia; (x) caso aprovadas as matérias da ordem do dia de itens anteriores, reforma geral do Estatuto Social da Companhia, cujas disposições e alterações serão disponibilizadas aos acionistas por e-mail antes da assembleia; (xi) a criação de ações preferenciais, a atribuição das preferências e a conversão de ações ordinárias em preferenciais e (xii) aprovação do 1º aditamento ao Acordo de Acionistas a ser firmado por todos os acionistas da Companhia. A assembleia será realizada na modalidade exclusivamente digital, nos termos do art. 124, §2º-A, da Lei nº 6.404/76 e da regulamentação aplicável e, apenas para fins legais, na sede social da Companhia, na cidade do Rio de Janeiro, RJ, na Avenida Atlântica, nº 1.130, ENT nº 1, 16º andar, Copacabana, CEP 22.021-000. Os acionistas poderão participar da Assembleia mediante participação e votação à distância, através da plataforma Microsoft Teams, conforme autorizado pela Lei nº 6.404/76, art. 124, §2º-A, e observado o regulamento disposto na IN 81/2020-DREI e suas alterações, podendo os acionistas votar pessoalmente, ou por meio de procurador devidamente constituído, com poderes específicos para participar e votar nas matérias da ordem do dia, desde que, nos termos do artigo 126, § 1º, da Lei das S.A., o procurador, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, tenha sido constituído há menos de 01 (um) ano, sendo necessária a apresentação do respectivo instrumento de mandato com reconhecimento de firma do outorgante, o qual deverá ser depositado na sede social da Companhia ou enviado através do e-mail jurídico@farosinvestimentos.com.br, até às 16 horas do dia 24 de abril de 2024, sob pena do procurador não poder exercer o mandato. Todos os documentos atinentes à assembleia ora convocada, incluindo link de acesso ao sistema eletrônico para participação na assembleia, serão encaminhados diretamente aos acionistas nos respectivos endereços de e-mail constantes na base de dados da Sociedade. Ainda, eventuais documentos ou informações adicionais poderão ser solicitadas ao e-mail jurídico@farosinvestimentos.com.br. Sem mais para o momento, subscrevemo-nos. Atenciosamente, Rio de Janeiro/RJ, 17 de abril de 2024. **Faros Participações S.A.** - Felipe Antônio Bichara e Samy Bolsman

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio
CNPJ/MF nº 00.880.446/0001-58 - NIRE 33.300.162.178 ("Companhia")
Edital de Convocação dos Acionistas da Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio ("Companhia") para Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
Pelo presente Edital de Convocação, o Conselho de Administração da Companhia, representado por seu presidente, Sr. Carlo Alberto Bottarelli, convoca os Acionistas da Companhia a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada, no dia 30 de abril de 2024, às 10h00min ("AGO"), que se realizará na sede social da Companhia, localizada na Rua Almirante Grenfall, 405 - Bloco Vermelho - 2º e 3º andares, Vila São Luiz, Duque de Caxias/RJ, para discutirem e deliberarem sobre: 1. Tomada de contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do parecer do auditor externo independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; 2. A destinação do resultado do exercício social de 2023; 3. Remuneração global dos administradores da Companhia e; 4. Eleição dos Conselheiros do Conselho de Administração. **Informações Gerais:** (1) Os Acionistas que se fizerem representar por procuradores, deverão entregar, com antecedência mínima de 48 horas à realização da AGOE, o respectivo instrumento de mandato, com poderes específicos para representação na AGOE, inclusive para deliberar sobre a eventual suspensão da AGOE, na sede social da Companhia ou pelo e-mail daniela.rego@concer.com.br; e (2) A documentação relativa à matéria constante da Ordem do Dia, incluindo a Proposta da Administração apresentada pela Companhia será divulgada e estará disponível para retirada pelos Acionistas nesta data na sede da Companhia ou poderá ser solicitada pelo e-mail daniela.rego@concer.com.br. Duque de Caxias, 22 de abril de 2024. Atenciosamente, **Carlo Alberto Bottarelli** - Presidente do Conselho de Administração. (19, 20 e 23/04/2024)

Vasco da Gama Sociedade Anônima do Futebol
CNPJ/MF nº 47.589.413/0001-17 - NIRE 33.300.345.108
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária
Temos a honra de convocar os senhores acionistas para a **Assembleia Geral Ordinária do Vasco da Gama Sociedade Anônima do Futebol**, que se realizará no dia 29 de abril de 2024, em primeira convocação, às 10 horas e, em segunda convocação às 10 horas e 30 minutos, em formato híbrido, na sede da Companhia, com endereço na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierenbach, nº 200, Prédio Pacific, bloco 2, sala 502, CEP 22775-028, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, para deliberações das seguintes matérias da **Ordem do Dia:** a) Examinar, discutir e aprovar o relatório da Administração, Demonstrações Financeiras e demais documentos relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2023; b) Eleição e posse dos novos membros de Conselho de Administração, representantes do Club de Regatas Vasco da Gama; e c) Eleição e posse de membro suplente do Conselho Fiscal. Em relação aos acionistas que não puderem estar presentes presencialmente à Assembleia Geral, que será híbrida e em tempo real, deverão realizar o cadastro prévio até as 13 horas do dia 26 de abril de 2024, através do e-mail assembleiageral@vasco.com.br, para o qual deverão enviar os documentos de representação necessários, quais sejam: (i) documento de identificação com foto recente e validade nacional, se pessoa física e (ii) comprovação de poderes de representação no caso de procuradores, com os devidos registros nos órgãos competentes, se aplicável. O acesso à plataforma digital será restrito aos acionistas da Companhia e aos seus representantes. Quaisquer dúvidas e/ou dificuldades deverão ser esclarecidas com antecedência de 02 (dois) dias úteis da data da realização da Assembleia, através do e-mail: assembleiageral@vasco.com.br Rio de Janeiro, 19 de abril de 2024. **Joshua Wander** - Presidente do Conselho de Administração. (19, 20 e 23/04/2024)

Laguna Beach Empreendimentos Imobiliários SPE S/A
Em Liquidação
CNPJ/MF nº 18.777.562/0001-01 - NIRE 33.300.318.160
Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Convocamos os Senhores Acionistas para a **Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Laguna Beach Empreendimentos Imobiliários SPE S/A**, em liquidação, que se realizará no dia 29 de abril de 2024 às 19:00h, em primeira convocação e em segunda convocação às 19:30 hs., em formato exclusivo virtual, através do link: <https://assembleia.grtsdigital.com.br/lagunabeachago2024>, com a seguinte **Ordem do Dia: Matéria da Assembleia Geral Ordinária.** 1. Exame, discussão e votação do relatório da Administração, Demonstrações Financeiras e demais documentos relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2023. **Matéria da Assembleia Geral Extraordinária.** 2. Convalidação e ratificação dos termos da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em data de 10/03/2020; 3. Exame, discussão e votação do relatório da Administração, Demonstrações Financeiras, e demais documentos relativos aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2020, 31/12/2021, 31/12/2022; 4. Eleição do liquidante, para exercer a administração da companhia pelo prazo de 2 (dois) anos; 5. Eleição dos membros do conselho fiscal; 6. Outros assuntos de interesse da companhia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente virtual e, para dela participar, os acionistas deverão acessar a plataforma no dia e horário da Assembleia, conforme orienta o **Manual do Votante**, documento este que encontra-se disponível para consulta no link **MANUAL DO VOTANTE AGE AGO 2024** (endereço web: <https://1drv.ms/f/s!AoYc8bdn5hhbiaBe5x48UcmBYmKFW?e=JBI85P>), sendo fundamental, nesta ocasião que o acionista tenha em mãos o número da unidade que adquiriu da Construtora Dinamo (torre-número do apartamento) para usar como login bem como seu CPF ou CNPJ, para usar como senha. Exemplo: Se João adquiriu o apartamento 201 da torre 1, seu login será 1201. Se Maria adquiriu o apartamento 1101 da torre 2, seu login será 21101. Obs.: Constará como anexo ao manual do votante, planilha para consulta prévia. Reforçamos em oportuno que, no caso de **participação por procuração**, é fundamental que a mesma seja enviada para o e-mail abaixo informado, com vistas a providências de habilitação no sistema de votação, no prazo mínimo de 48 h. do momento da Assembleia, sob pena do voto do procurador não ser aceito e portanto, não contabilizado como presença para efeitos de votação. Quaisquer dúvidas e/ou dificuldades deverão ser esclarecidas com antecedência de 02 (dois) dias úteis da data da realização da Assembleia através do email lagunabeach.contato@gmail.com. Macaé, 16 de abril de 2024. (19, 20 e 23/04/2024)

TRANSMISSORA PORTO ALEGRENSE DE ENERGIA S/A
CNPJ/MF nº 10.938.103/0001-50 - NIRE 333.0033445-9
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
Ficam convocados os senhores acionistas da TRANSMISSORA PORTO ALEGRENSE DE ENERGIA S/A, sociedade anônima, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 440, sala 1.801 (parte), Botafogo, CEP 22.250-040, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.938.103/0001-50 ("Companhia"), na forma do art. 13, parágrafo segundo, do Estatuto Social da Companhia, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("AGO") a ser realizada em 30 de abril de 2024, às 15:00h, **NA MODALIDADE ASSEMBLEIA DIGITAL**, nos termos da Seção VIII, do Capítulo II, do Anexo V, da IN DREI nº 81/2020, sendo considerada realizada na sede da Companhia para os fins legais, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das Notas Explicativas e do parecer dos Auditores Independentes; (ii) deliberar sobre a destinação dos resultados apurados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; e (iii) autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários para formalizar e implementar as deliberações eventualmente aprovadas em AGO. Os documentos pertinentes às matérias que serão deliberadas na AGO, incluindo o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, se encontram à disposição dos acionistas na sede da Companhia e em seu endereço eletrônico: <http://lests.com/tpae/> ("Website"). **A ASSEMBLEIA SERÁ REALIZADA NA MODALIDADE DIGITAL E A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS SERÁ APENAS A DISTÂNCIA, POR MEIO DE SISTEMA ELETRÔNICO**, nos termos da Seção VIII, do Capítulo II, do Anexo V, da IN DREI nº 81/2020, mediante utilização da plataforma *Microsoft Teams*, conforme as instruções detalhadas contidas no Website. A fim de viabilizar o acesso à plataforma, os acionistas deverão enviar solicitação à Companhia pelo e-mail bruno.sieiro_ext@v2energia.com, com antecedência mínima de 30 minutos antes da realização da AGO (ou seja, até às 14:30 do horário de Brasília no dia 30 de abril de 2024), com a documentação comprobatória dos poderes do participante e observados os procedimentos detalhados no Website. A Companhia enviará as respectivas instruções para acesso ao sistema eletrônico de participação na AGO aos acionistas que tenham apresentado sua solicitação no prazo e nas condições acima.
Rio de Janeiro, 17 de abril de 2024.
José Guilherme Cruz Souza - Presidente do Conselho de Administração

Diário do Acionista
Tels.: (21) 99122-4278
As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

PW 238 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 04.833.820/0001-15

Relatório da Administração - Em 31 de Dezembro de 2023 - Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. A evolução de suas operações e os principais fatos ocorridos neste exercício poderão ser examinados através das próprias demonstrações contábeis. Rio de Janeiro, 11 de março de 2024. **PW 238 Participações S.A.**

Balancos Patrimoniais - Em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)			Demonstrações dos Resultados - Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)	
	2023	2022	2023	2022
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	1.452	1.302		
Tributos a recuperar	24	34		
	1.476	1.336		
Não Circulante				
Aplicações financeiras	1.223	1.223		
Total do Ativo	2.699	2.559		
Passivo				
Circulante				
Obrigações fiscais			4	4
Obrigações com acionistas			2.000	1.967
			2.004	1.971
Patrimônio Líquido				
Capital social			359	359
Reservas de lucros			336	229
			695	588
Total do Passivo	2.699	2.559		

Notas Explicativas - Em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional: A PW 238 Participações S.A. ("Companhia"), empresa de capital fechado, com sede no Rio de Janeiro, tem por objetivo a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou cotista, em empreendimentos imobiliários e como cotista em fundos de investimento regularmente constituídos. A Companhia não exerce atividades operacionais. **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis:** **2.1 - Base de Preparação** - As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC - PME. **2.2 - Moeda funcional e de apresentação** - As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico onde a Companhia opera ("moeda funcional"). **2.3 - Uso de estimativas e julgamentos** - A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possui maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na nota 3. **3. Resumo das Principais Práticas Contábeis:** **a) Apuração do Resultado** - O resultado é apurado pelo regime de competência. **b) Caixa e Equivalentes de Caixa** - Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, com risco irrelevante de mudança de seu valor de mercado. **c) Tributos a recuperar** - São demonstrados pelos valores originais, atualizados monetariamente de acordo com as regras legais, e representam créditos fiscais associados às retenções de tributos federais. **d) Ativo não circulante - Aplicações financeiras** - Referem-se a investimentos em fundos de renda variável, classificadas como mantidos até o vencimento. **e) Passivo circulante** - São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos. **f) Imposto de renda e contribuição social** - Esses impostos e contribuições são calculados e registrados com base nas alíquotas e critérios fiscais vigentes na data de elaboração das demonstrações contábeis. A Companhia adota o regime de apuração pelo lucro presumido. **4. Caixa e Equivalentes de Caixa:** Referem-se a aplicações financeiras em renda fixa de curto prazo e de alta, prontamente conversíveis em caixa e sem riscos significativos de alteração de valor. **5. Ativo Não Circulante - Aplicações financeiras:** As cotas do fundo de investimento em ações estão contabilizadas ao valor de custo. **6. Obrigações com Acionistas:** Referem-se ao saldo de dividendos a pagar no valor de R\$ 105 (R\$ 72 em 2022) e ao saldo de redução de capital no valor de R\$ 1.895. **7. Patrimônio Líquido:** **a) Capital Social** - O capital social está representado por 6.176.267 ações ordinárias, sem valor nominal. **b) Dividendos** Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo não inferior a 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e Estatuto Social. **c) Reservas de Lucros** - A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva de retenção de lucros é constituída com saldo remanescente de lucros acumulados em observância da Lei das Sociedades por Ações. **8. Outras Receitas Operacionais:** Está representado pelo montante de R\$19, referente ao valor da recuperação das despesas recebida no processo contra o Conselho Regional de Administração. **9. Instrumentos Fi-**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios Findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Reservas de Lucros				Total
	Capital Social	Legal	Retenção	Lucros Acumulados	
Saldos em 01/01/2022	359	10	147	-	516
Lucro líquido do exercício	-	-	-	95	95
Destinação:					
Reservas de lucros	-	5	67	(73)	(1)
Dividendos propostos	-	-	-	(22)	(22)
Saldos em 31/12/2022	359	15	214	-	588
Lucro líquido do exercício	-	-	-	140	140
Destinação:					
Reservas de lucros	-	7	100	(107)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(33)	(33)
Saldos em 31/12/2023	359	22	314	-	695

nanceiros: A Companhia não efetua transações com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros que tenham caráter especulativo.

Diretoria

Norberto Aguiar Tomaz - Diretor Itamar Benigno Filho - Procurador
Marcelo Seixas Cavalcanti de Albuquerque - Contador - CRC-RJ 087065/O-8

LIGAFUTEBOL S.A.

CNPJ: 02.217.325/0001-56

Relatório da Administração - Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. A evolução de suas operações e os principais fatos ocorridos neste exercício pode ser examinada através das próprias demonstrações contábeis. Colocamos-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos adicionais. Rio de Janeiro, 29 de março de 2024. Ligafutebol S.A.

Balancos Patrimoniais - Em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)			Demonstrações dos Resultados - Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto o lucro (prejuízo) por ação)		Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto) Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)			
	2023	2022	2023	2022		Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
Ativo								
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	4.925	1.762						
Tributos a recuperar	45	18						
Valores a receber	-	263						
	4.970	2.043						
Não Circulante								
Valores a receber	-	4.013						
	-	4.013						
Total do Ativo	4.970	6.056						
Passivo								
Circulante								
Obrigações fiscais	14	5						
Remuneração das ações preferenciais resgatáveis	2.358	-						
	2.372	5						
Não Circulante								
Transações com partes relacionadas	980	980						
Ações preferenciais resgatáveis	-	2.624						
	980	3.604						
Patrimônio Líquido								
Capital social	15.220	15.220						
Prejuízos acumulados	(13.602)	(12.773)						
	1.618	2.447						
Total do Passivo	4.970	6.056						

Notas Explicativas - Em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional: A Ligafutebol S.A. ("Companhia") é uma sociedade de capital fechado com sede no Rio de Janeiro, tem como objetivo a participação no Esporte Clube Bahia S.A. mediante a utilização de instrumentos de mercado, tais como ações, bônus de subscrição, debêntures e outros títulos e valores mobiliários, créditos, direitos, contratos e transações relacionadas ao exercício do desporto de rendimentos, na área de futebol, nos modos profissionais e não profissional, compreendendo a sua exploração comercial. A Companhia não exerce atividades operacionais. **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC - PME (Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas - PME's). As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico onde a Companhia opera ("moeda funcional"). A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possui maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na nota 3. **3. Resumo das Principais Práticas Contábeis:** **a) Apuração do Resultado** - O resultado é apurado pelo regime de competência. **b) Caixa e Equivalentes de Caixa** - Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, com risco irrelevante de mudança de seu valor de mercado. **c) Tributos a Recuperação** - São demonstrados pelos valores originais, atualizados monetariamente de acordo com as regras legais, e representam créditos fiscais associados às retenções de tributos federais. **d) Outros Ativos Circulantes e Não Circulantes** - São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. **e) Passivos Não Circulantes** - São demonstrados pelos valores de custo, incluindo os rendimentos e, quando aplicável, reduzidos aos valores de realização. **f) Imposto de Renda e Contribuição Social** - São calculados e registrados com base nas alíquotas e critérios fiscais vigentes na data de elaboração das demonstrações contábeis. A Companhia adota o regime de apuração pelo lucro presumido. **4. Caixa e Equivalentes de Caixa:** Representado por depósito bancário e aplicação financeira de renda fixa de curto prazo constituída de quotas de fundo de investimento de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa e sem riscos significativos de mudança de valor. **5. Contas a Receber - Circulante e Não Circulante:** Referente a 84 parcelas conforme acordo instrumento particular de transação extintiva de litígio sujeito à condição suspensiva. Em maio de 2023 a Companhia recebeu a totalidade do crédito, conforme cláusula de amortização antecipada do instrumento particular de transação. **6. Investimento:** Representado pelo investimento no Esporte Clube Bahia S.A., através de 6.229.997 ações preferenciais tipo A e 14.993 ações preferenciais tipo B, representando participação de 34,69% do capital total do Esporte Clube Bahia S.A., no valor contábil simbólico de R\$1 (um real), não possuindo e não tendo exercido qualquer influência nas deliberações, decisões ou eleições de administradores. **7. Transações com Partes Relacionadas:** Representado por adiantamento para futuro aumento de ca-

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	2023	2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(829)	4.132
Variáveis no ativo		
Tributos a recuperar	(27)	(13)
Valores a receber	4.276	(4.276)
Variáveis no passivo		
Obrigações fiscais	9	2
Recursos provenientes (utilizados) nas atividades operacionais	3.429	(155)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Ações preferenciais resgatáveis	(266)	261
Recursos provenientes (utilizados) das atividades de financiamento	(266)	261
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	3.163	106
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	1.762	1.656
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	4.925	1.762
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	3.163	106

8. Ações Preferenciais Resgatáveis: Conforme deliberação tomada em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada no dia 17 de novembro de 2015, foram emitidas 100.000.015 ações preferenciais resgatáveis, nominativas e sem valor nominal. Serão integral e compulsoriamente resgatáveis pelo valor de R\$0,01 (um centavo de real) por Ação Preferencial Resgatável em 10.12.2023, sem prêmio. Em dezembro de 2023 a Companhia resgatou a totalidade das ações preferenciais. **9. Patrimônio Líquido:** **a) Capital Social:** O capital social está representado por 16.155.496 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. **b) Dividendos** - Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação. A Companhia possui prejuízos acumulados. **10. Instrumentos Financeiros:** A Companhia não efetua transações com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros que tenham caráter especulativo.

Diretoria

Maria Amalia Delfim de Melo Coutrim - Diretora
Norberto Aguiar Tomaz - Diretor
Marcelo Seixas Cavalcanti de Albuquerque - Contador - CRC-RJ 087065/O-8

ALCOBAÇA CONSULTORIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 02.073.234/0001-94

Relatório da Administração - Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. A evolução de suas operações e os principais fatos ocorridos neste exercício pode ser examinada através das próprias demonstrações contábeis. Colocamos-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos adicionais. Rio de Janeiro, 12 de abril de 2024. Alcobaca Consultoria e Participações S.A.

Balancos Patrimoniais - Em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)			Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercício Findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)	
	2023	2022	2023	2022
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	70.503	75.405		
Tributos a recuperar	2.421	2.904		
	72.924	78.309		
Não Circulante				
Transações com partes relacionadas	1.200	-		
Depósito judicial	66	31		
Investimentos	142.080	159.921		
Outros direitos	286	286		
	143.632	160.238		
Total do Ativo	216.556	238.547		
Passivo				
Circulante				
Obrigações fiscais	74	49		
Juros sobre capital próprio a pagar	5.849	3.256		
Outras obrigações	284	284		
Contas a pagar	160	114		
Outros créditos	1	1		
	6.368	3.704		
Não Circulante				
Transações com partes relacionadas	98.961	82.989		
	98.961	82.989		
Patrimônio Líquido				
Capital social	371.871	371.871		
Prejuízos acumulados	(260.644)	(220.017)		
	111.227	151.854		
Total do Passivo	216.556	238.547		

Notas Explicativas - Em 31/12/2023 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Alcobaca Consultoria e Participações S.A. ("Companhia"), sociedade de capital fechado, com sede no Rio de Janeiro, tem por objetivo a elaboração de estudos, análises, a prestação de serviços de consultoria a terceiros, a atuação no ramo imobiliário através de compra, venda e locação de imóveis próprios e a participação no capital de outras sociedades. **2. Apresentação das demonstrações contábeis:** **a) Declaração de conformidade** - As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira, nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e Resoluções emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade. **b) Base de mensuração** - As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo. **c) Moeda funcional** - As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico onde a Companhia opera ("moeda funcional"). **d) Uso de estimativas e julgamentos** - A elaboração das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. **3. Resumo das principais práticas contábeis:** **a) Apuração do resultado** - O resultado é apurado pelo regime de competência. **b) Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, com risco irrelevante de mudança de seu valor de mercado. **c) Tributos a recuperar** - São demonstrados pelos valores originais, atualizados monetariamente de acordo com as regras legais, e representam créditos fiscais associados às retenções de tributos federais. **d) Investimentos** - Os investimentos em controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial e os demais pelo custo de aquisição deduzido, quando aplicável, de provisão para perda. **e) Outros ativos circulantes e não circulantes** - São demonstrados pelos valores de custo, incluindo os rendimentos e, quando aplicável, reduzidos aos valores de realização. **f) Passivo circulante e não circulante** - São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. **g) Imposto de renda e contribuição social** - São calculados e registrados com base nas alíquotas e critérios fiscais vigentes na data de elaboração das demonstrações contábeis. A Companhia adota o regime de apuração pelo lucro real. **h) Provisões** - O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período, considerando-se riscos e incertezas relativos à obrigação. **4. Caixa e equivalentes de caixa:** Representado por depósito bancário e aplicações financeiras de renda fixa de curto prazo constituída de quotas de fundo de investimento de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa e sem riscos significativos de mudança de valor. **5. Tributos a recuperar:** Referem-se a créditos tributários advindos de saldos negativos de IRPJ e CSLL. **6. Transações com partes relacionadas (ativo e passivo):** Representado por adiantamentos para futuro aumento de capital com investida (ativo) e com acionistas (passivo). **7. Depósito judicial:** Trata-se de depósito judicial para suspensão da execução fiscal realizada pelo Conselho Regional de Economia e para seguimento dos embargos para a suspensão de quaisquer cobranças de valores e, assim como restituição de todos os valores não prescritos pagos a título de anuidade. **8. Outros direitos:** Refere-se a Escritura de

Promessa de Cessão de Direitos Hereditários sobre 25% de imóvel registrado na matrícula 2050 do cartório do 9º Ofício de Registro de Imóveis do Rio de Janeiro. **9. Investimentos:** Os investimentos estão assim representados:

	2023	2022
Em controladas e coligadas	12.643	26.699
Outros investimentos	129.437	133.222
	142.080	159.921

b) O resultado de controladas e coligadas:
Resultado de equivalência patrimonial (20.388) (14.550)
Ganhos (perdas) no investimento (191) (21.769)
(20.579) (36.319)

10. Juros sobre o capital próprio a pagar: Deliberado nas Reuniões do Conselho de Administração realizadas em: 28 de dezembro de 2021, 28 de abril de 2023 e 30 de junho de 2023. **11. Outras obrigações:** Representado por contrato de cessão de crédito com terceiros realizado em 27 de janeiro de 2021. **12. Patrimônio líquido:** **a) Capital social** - O capital social suscrito está representado por 623.637.547 ações ordinárias sem valor nominal. **13. Reversão de provisão:** Reversão de provisões para perdas dos ativos informados nos itens 9. **14. Provisões para Perda:** Constituído por provisões para perdas dos ativos informados nos itens 6 e 9. **15. Instrumentos financeiros:** A Companhia não efetua transações com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros que tenham caráter especulativo.

Diretoria

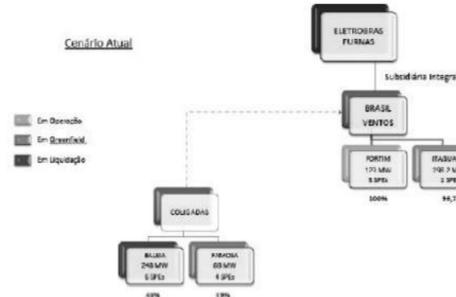
Diogo Alexandre de Melo Bahia - Diretor
Norberto Aguiar Tomaz - Diretor
Marcelo Seixas Cavalcanti de Albuquerque - Contador - CRC-RJ 087065/O-8

BRASIL VENTOS ENERGIA S.A.

CNPJ/MF 24.042.246/0001-94

RELATÓRIO ANUAL 2023 - PARA NOSSO ACIONISTA MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO: A BRASIL VENTOS ENERGIA S.A. BVE, tem o prazer de apresentar as Demonstrações Contábeis de 2023 acompanhadas das Notas Explicativas e do nosso Relatório da Administração. Em 2019 a Holding BVE se consolidou como braço principal dos investimentos de Furnas Centrais Elétricas S.A. para projetos de Geração Renovável de Energia, de fontes eólica e solar, administrando projetos de energia de fonte eólica e prospectando participar de empreendimentos de energia solar, sendo considerada a possibilidade de aproveitamento das próprias áreas dos parques eólicos em operação e em construção, maximizando assim a infraestrutura de transmissão, gestão de construção e administração. Permanece existente o objetivo da Cia. de se transformar em um importante player nacional do setor de energias renováveis de fonte eólica e solar e, para tanto, todos os empreendimentos eólicos da sua Controladora foram consolidados embaixo de uma mesma estrutura de gestão, projeto e engenharia, operação e manutenção. Com o processo de consolidação de investimentos e priorização de projetos, a BVE passou a administrar 757,2 MW em projetos de energia renovável da fonte eólica, sendo 123MW do Complexo Eólico Fortim em operação comercial e 634,2 MW de projetos em diversos estágios de licenciamento ambiental, com medições de ventos certificadas e contratos de arrendamento. A necessidade de manutenção de medidas com vistas à redução de custos, em consonância com a conjuntura de mercado atual e os anseios de racionalização de estrutura orientado pelos controladores, exigiu uma reanálise da manutenção no nº. de sociedades, o que levou a uma redução do nº. de SPEs, notadamente nos investimentos em projetos que não apresentavam um nível de viabilidade econômico/financeiro atrativo. Neste sentido, para ano de 2023 destacamos as seguintes mudanças: a) Em julho de 2023, a Geradora Eólica Ventos de Angelim foi extinta, de acordo com seu processo de liquidação. O processo de extinção da Geradora Eólica Ventos de Angelim teve seu início ainda em 2022, quando em 22/12/2022 a Diretoria da Geradora Eólica Ventos de Angelim deliberou sobre o encaminhamento para os órgãos competentes da proposta de dissolução e liquidação da Cia., nos termos do art. 206, I, c, da Lei nº 6.404/76, cuja motivação decorreu, principalmente: (i) da perda de objeto decorrente da desconstrução dos projetos eólicos a cargo da Sociedade e da extinção das respectivas outorgas autorizativas, e (ii) da ausência de interesse dos acionistas na implantação dos projetos eólicos. No dia 28/12/2022, o Conselho de Administração da Controladora Brasil Ventos Energia deliberou sobre o encaminhamento da referida proposta para AGE, após manifestação favorável do Conselho Fiscal da Brasil Ventos Energia em Reunião Extraordinária datada de 23/12/2022. Já em 2023, no dia 17/02/2023 foi realizada Assembleia Geral de Acionistas da Geradora Eólica Ventos de Angelim, que deliberou sobre (a) a dissolução e liquidação da Cia.; (b) a nomeação do Liquidante e sua respectiva remuneração; (c) a destituição da Diretoria; (d) e a rescisão dos contratos de arrendamento dos imóveis referentes aos projetos eólicos dos parques de Aracajú, conforme disposto no Estatuto Social vigente. Por fim, no dia 17/07/2023 foi realizada Assembleia Geral de Acionistas da Geradora Eólica Ventos de Angelim para (i) ratificar as baixas contábeis dos ativos imobilizados da Cia., bem como todos os atos praticados pela Liquidante até a presente data; (ii) ratificar a rescisão dos contratos de arrendamento dos imóveis referentes aos projetos eólicos dos parques Arara Azul, Benteví, Ouro Verde I, Ouro Verde II e Ouro Verde III; (iii) aprovar o Relatório de Prestação de Contas da Liquidante, o Laudo de avaliação da Cia. e seu respectivo Balanço de Liquidação; (iv) aprovar o rateio dos saldos em conta corrente e/ou aplicações financeiras existentes para as Acionistas na exata proporção de sua participação societária, sendo os pagamentos realizados na presente data, não tendo restado ativos ou passivos a liquidar; (v) aprovar o encerramento da liquidação e a extinção da Cia. na forma do art. 219, inciso I da Lei 6.404/76; (vi) consignar que caberá à Liquidante, adotar todas as providências cabíveis necessárias para se proceder com o arquivamento e publicação da presente ata, bem como proceder com a baixa da Cia. perante todos os órgãos e autoridades competentes. Além disso, as Acionistas, entre si, e a Cia., outorgaram-se, reciprocamente, a mais plena, rasa, geral, irrevogável e irretirável quitação, nada mais podendo reclamar, no presente ou no futuro, que tenha por base a existência legal da Cia.. As Acionistas outorgaram, ainda, a mais plena, rasa e irrevogável quitação à Liquidante

com relação ao período de liquidação, nada mais podendo reclamar, no presente ou no futuro com relação às suas atividades. b) Em setembro de 2023, a Brasil Ventos Energia assinou o Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações, referente à aquisição pela BVE da totalidade das ações de titularidade do FIP MILÃO nas SPEs do Complexo Eólico Baleia, formado pelas SPEs: Bom Jesus Eólica S.A. Em liquidação extrajudicial, Cachoeira Eólica S.A. Em liquidação extrajudicial, Pitimbu Eólica S.A. Em liquidação extrajudicial, São Caetano I Eólica S.A. Em liquidação extrajudicial, São Caetano Eólica S.A. Em liquidação extrajudicial e São Galvão Eólica S.A. Em liquidação extrajudicial. O Contrato de Outorga de Opção de Compra, firmado entre Brasil Ventos Energia e o Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Milão, em 07.09.2023, foi concebido sob condição suspensiva de eficácia geral e só produzirá efeito após a implementação das condicionantes estabelecidas. c) Em dezembro de 2023 foi deliberado o aumento de capital e a nova configuração societária da SPE Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis, resultante do capital social aprovado e consolidado do estatuto social dessa SPE, cuja participação da Brasil Ventos Energia passa a ser representada por 96,7825% de ações dessa SPE. Em 19/12/2023 a AGE da IBER deliberou sobre: (i) o aumento de capital social da Sociedade no valor de R\$ 94.768.126,99, resultante do montante de AFACs (Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital) de R\$ 97.152.800,00, deduzido do valor de R\$ 2.384.673,01, em razão da existência de Capital a Integralizar registrado no Patrimônio Líquido da contabilidade, conforme disposto na NT Dressler nº 641/23; (ii) a subscrição e integralização da totalidade do aumento de capital social aprovado; (iii) a alteração do art. 6º do Estatuto Social para fazer constar o valor consolidado do capital social subscrito e integralizado, de R\$ 30.137.131,00 para R\$ 124.905.257,99; (iv) a consolidação do Estatuto Social; (v) e a nova configuração societária resultante do capital social aprovado e consolidado no montante de R\$ 124.905.257,99, que passa a ser representada por 96,7825% de ações do acionista Brasil Ventos Energia S.A, proporcionalmente à sua participação no capital de R\$ 120.886.388,83, e 3,2175% de ações do acionista Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A., proporcionalmente à sua participação no capital de R\$ 4.018.869,16. Em decorrência da referida reestruturação, o Quadro de Participações Societárias da Brasil Ventos Energia S.A. passou a ser:



DESTAQUES FINANCEIROS: As Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31/12/2023 foram preparadas em estrita observância às normas contábeis vigentes para aquela data, tendo sido auditadas pela Grant Thornton Auditores Independentes Ltda., que emitiu Relatório sem ressalvas para as mesmas. A Cia. atualizou as premissas de cálculo do Plano de Negócio do Complexo Eólico Fortim baseadas no Plano Diretor da Controladora Brasil Ventos Energia, consoante as normas e premissas

adotadas pelo Grupo Eletrobras, considerando que o Parque Eólico iniciou a sua operação comercial em 2020. A Cia. realizou em 31/12/2023, por meio da NOTA TECNICA DE TESTE DE IMPAIRMENT emitida pela Gerência Executiva de Valuation e Estruturação (EDVE) e Vice-Presidência de Estratégia e Desenvolvimento de Negócios (VED) da Eletrobras Holding, a avaliação de todas as suas unidades geradoras de caixa (UGC) quanto aos aspectos do impairment e contrato oneroso de acordo com os CPC's 01 e 25. As principais premissas utilizadas para descontar as projeções de fluxo de caixa e determinar o valor em uso da UGC foram: WACC médio nominal antes do IR e CSL de 5,11% a.a.; taxa média de inflação (IPCA) de 3,62% para 2024 e de 3,50% para o longo prazo. O cálculo em 31/12/2023 resultou em uma reversão total de R\$ 69.088, representando o total do saldo provisionado de impairment no teste realizado em 31/12/2022. Em 2023, diante (i) de sucessivos eventos de restrição de geração ordenados pelo ONS (constrained-off) e, (ii) de ocorrências pontuais com efeito na disponibilidade do Complexo Eólico Fortim e seu Sistema de Transmissão Associado, a geração de energia foi inferior ao montante de energia comercializado. Tais fatos trouxeram como consequência a necessidade de provisionamento de ressarcimentos, que impactarão a receita de energia vendida nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado CCEAR, de acordo com calendário a ser estabelecido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A Receita Operacional fixa dos CCEARs foi recebida em sua integralidade, sem inadimplemento por parte das distribuidoras. A seguir destacamos a variação dos principais índices financeiros para os exercícios de 2023 em comparação com 2022:

INDICADORES	2023	2022	%
ROL	83.455	71.186	17%
PM50	(22.257)	(24.507)	9%
IMPAIRMENT REVERSÃO	69.088	6.684	934%
DEPRECIACÃO E AMORTIZAÇÃO	(29.042)	(29.089)	0%
RESULTADO FINANCEIRO	(26.535)	(33.954)	22%
RESULTADO LÍQUIDO	77.223	(51.803)	249%
EBITDA	60.707	37.638	61%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	267.776	190.379	41%
DÍVIDA LÍQUIDA	456.885	558.382	-18%
ENDIVAMENTO	1,71	2,93	-42%
CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	23.757	661	3494%

O resultado das operações do exercício de 2023 foi principalmente impactado pelo resultado das controladas e coligadas a seguir:

Sociedade	Resultado antes da Equivalência Patrimonial	Equivalência Patrimonial	Resultado Final
Brasil Ventos Energia S.A.	714	-	714
Energia dos Ventos V I S.A.	-	12.030	12.030
Energia dos Ventos VI S.A.	-	18.245	18.245
Energia dos Ventos VII S.A.	-	16.927	16.927
Energia dos Ventos VIII S.A.	-	13.566	13.566
Energia dos Ventos IX S.A.	-	13.275	13.275
Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis	-	409	409
Complexo Famosa I	-	(300)	(300)
Complexo Baleia	-	(191)	(191)
TOTAL	714	73.961	74.675

Agradecemos a todos os Colaboradores, aos Conselhos de Administração e Fiscal e a Acionista que muito nos apoiaram em 2023 para que pudéssemos fazer toda integração necessária dos colaboradores, das empresas e dos projetos consolidados na Cia., buscando incansavelmente a realização do objetivo de tornar a BVE uma das maiores empresas nacionais do mercado de geração de energia renovável. No ANEXO 1 apresentamos o Relatório dos Auditores Independentes, referentes às DFs do Exercício Findo em 31/12/2023, bem como as Notas Explicativas. RJ, 28/02/2024.

Luiz Eduardo Marques Moreira - Diretor Administrativo e Diretor Financeiro;
Francisco José Arteiro de Oliveira - Diretor Técnico

Balanços patrimoniais Em 31/12/2023 e 2022 (Em MR\$)					
	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo		265.775	189.611	836.604	850.693
Circulante		41.605	39.962	97.054	87.992
Caixa e equivalentes de caixa	4	38.429	37.111	81.432	74.244
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	-	-	7.373	7.108
Despesas antecipadas	-	-	58	1.579	1.055
Tributos a compensar	7	3.176	2.753	6.577	5.475
Outros	-	-	40	93	110
Não circulante		224.170	149.649	739.550	762.701
Depósito judicial	17.1	-	-	12.965	12.965
Fundo vinculado	5	-	-	30.511	27.688
Investimento	8 e 9	224.138	149.627	718	659
Imobilizado	10	10	13	568.649	526.843
Intangível	11	22	9	126.707	194.546
Passivo		265.775	189.611	836.604	850.693
Circulante		280	430	73.297	87.331
Fornecedores	151	181	775	775	784
Obrigações sociais e trabalhistas	13	16	222	558	763
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	35.981	35.605
Obrigações tributárias	14	23	27	989	1.115
Arrendamentos	15	-	-	1.581	1.702
Provisão para ações judiciais	17.1	90	-	4.350	4.424
Provisão para ressarcimento	17.2	-	-	29.063	39.246
Contrato de cessão de direitos	16a	-	-	-	3.664
Outros	-	-	-	-	28
Não circulante		1,571	495.531	572.983	
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	440.931	456.154
Contrato de cessão de direitos	16a	-	-	8.049	7.111
Arrendamentos	15	-	-	27.690	96.660
Provisão para perda de investimento	9	-	1.571	-	-
Provisão para ressarcimento	17.2	-	-	5.800	-
Provisão para ações judiciais	17.1	-	-	12.965	12.965
Outros	-	-	-	96	93
Patrimônio líquido		265.495	187.610	267.776	190.379
Capital social	18 a	11.000	11.000	11.000	11.000
Reserva de capital (transações de capital)	18 b	(34.302)	(34.302)	(34.302)	(34.302)
Prejuízos acumulados	-	(171.929)	(249.814)	(171.929)	(249.814)
Adiantamento para futuro aumento de capital	16b	460.726	460.726	460.726	460.726
Total do patrimônio líquido dos controladores		265.495	187.610	265.495	187.610
Participação dos não controladores	-	-	-	2.281	2.769
Total do passivo e patrimônio líquido					

Demonstrações do resultado Em 31/12/2023 e 2022 (Em MR\$, exceto Lucro (prejuízo) por ação)					
	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	19	-	-	83.455	71.186
CUSTO OPERACIONAL	20	-	-	-	-
Custo de energia elétrica				(29.028)	(29.068)
Depreciação/amortização	-	-	-	(10.566)	(10.602)
Operação e manutenção de usinas	-	-	-	(628)	(547)
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	-	(40.222)	(40.217)
DESPESA OPERACIONAL	21	(832)	(1.555)	(4.676)	(4.892)
Pessoal e administradores		(1)	(7)	(52)	(35)
Serviço de terceiros		(2.036)	(2.281)	(4.285)	(4.707)
Depreciação	10	(5)	(3)	(14)	(21)
Tributos		(13)	(20)	(489)	(404)
Seguros		(58)	(245)	(1.391)	-
Reversão de perda para redução ao valor recuperável (impairment)		-	-	69.088	6.684
Outras despesas		(204)	-	(170)	(3.320)
Resultado da equivalência patrimonial	9a	(3.149)	(4.111)	58.011	(6.695)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		73.961	(18.730)	(491)	(9.041)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	22	70.812	(22.841)	100.753	15.233
Receitas financeiras		4.033	4.072	8.926	8.041
Despesas financeiras		(9)	(10)	(35.461)	(41.995)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DA TRIBUTAÇÃO		4.024	4.062	(26.535)	(33.954)
C.S.	23	(58)	-	(74)	(34)
I.R.	23	(103)	-	(131)	(71)
LUCRO (PREJUÍZO) DA OPERAÇÃO CONTINUADA		(161)	(205)	(105)	
LUCRO (PREJUÍZO) DA OPERAÇÃO DESCONTINUADA	30	74.675	(18.779)	74.013	(18.826)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		3.210	(29.880)	3.210	(32.377)
Resultado por ação (básico e diluído) - Em Reais	24	7,08	(4,40)	-	-
Participação dos não controladores		-	-	(662)	(3.344)
Participação dos controladores		-	-	77.885	(48.459)

Demonstrações do resultado abrangente em 31/12/2023 e 2022 (Em MR\$)					
	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		77.885	(48.459)	77.223	(51.803)
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
Total do resultado abrangente		77.885	(48.459)	77.223	(51.803)
Atribuição à:					
Participação dos acionistas não controladores		-	-	(662)	(3.344)
Participação dos acionistas controladores		-	-	77.885	(48.459)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Em 31/12/2023 e 2022 (Em MR\$)						
	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido dos controladores	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31/12/2021	11.000	(34.302)	(201.355)	460.726	236.069	242.127
Prejuízo do exercício	-	-	(48.459)	-	(48.459)	(51.803)
Participações de não controladores	-	-	-	-	55	55
Saldo em 31/12/2022	11.000	(34.302)	(249.814)	460.726	187.610	190.379
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	77.885	-	77.885	77.223
Participações de não controladores	-	-	-	-	174	174
Saldo em 31/12/2023	11.000	(34.302)	(171.929)	460.726	265.495	267.776

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31/12/2023 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional: A Brasil Ventos Energia S.A. ("BVE" ou "Cia.") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na R. Graça Aranha nº 26 - 11º Andar, Centro, Município do RJ, RJ, constituída em 14/01/2018, para atuar como holding, tendo como objeto principal, as seguintes atividades: participação em sociedades de geração de energia de fonte renovável, tais como eólica, solar e de biomassa, investimento nas sociedades titulares dos direitos de exploração dos empreendimentos eólicos denominados Geradora Eólica Ventos de Santa Rosa S.A., Geradora Eólica Ventos de Uirapuru S.A., Geradora Eólica Ventos de Angelim S.A., Geradora Eólica Arara Azul S.A., Geradora Eólica Benteví S.A., Geradora Eólica Ouro Verde I S.A., Geradora Eólica Ouro Verde II S.A., e Geradora Eólica Ouro Verde III S.A., comercialização da energia elétrica gerada em seus empreendimentos e nas sociedades investidas. Em dezembro de 2020, como forma de racionalizar os gastos da controladora BVE em projetos em greenfield, as sociedades acima elencadas, que compunham os Complexos de Aracajú e de Famosa III, foram todas incorporadas pela Geradora Eólica Ventos de Angelim S.A., posto que todas possuíam a mesma estrutura de capital. As sociedades investidas possuem as seguintes características: a) **Reestruturação societária de outros investimentos:** Com o objetivo de consolidar os outros investimentos em geração de energia renovável, a partir 01/2018, houve a implementação de uma série de movimentos de reestruturação societária que ocorreram na seguinte ordem cronológica: i) **Ordem cronológica de entrada dos investimentos:** Em 25/01/2018, ocorreu a cessão não onerosa, para a Brasil Ventos Energia S.A., da participação de Furnas Centrais Elétricas S.A. (99,99%), no Complexo Eólico Fortim, composto pelas SPE's Energia dos Ventos V S.A., Energia dos Ventos VI S.A., Energia dos Ventos VII S.A., Energia dos Ventos VIII S.A. e Energia dos Ventos IX S.A. Em 04/06/2018, ocorreu a transferência da totalidade da participação de Furnas (49%) no Complexo Eólico de Itaguaçu da Bahia, representado pela holding - IBER - Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis S.A. e suas dez geradoras eólicas, provenientes do Leilão 10/2013 A-5 de 2013 - ANEEL. A transferência ocorreu por meio da celebração do contrato de cessão não onerosa das ações de Furnas para a Brasil Ventos Energia, com data de 04/06/2018, registrando valores

constantes do laudo de avaliação da Cia., base março de 2018. Em 13/07/2018, as Centrais Eólicas São Januário Ltda, Nossa Senhora de Fátima Ltda., Jandaia Ltda., São Clemente Ltda. e Jandaia I cederam para a BVE as participações detidas, nas SPE's Energia dos Ventos V, VI, VII, VIII e IX, que compõem o Complexo Eólico Fortim, que passaram a ser subsidiárias integrais da Brasil Ventos Energia. Em 21/09/2018, foi celebrado o Contrato de Cessão Não Onerosa e Outras Avenças que trata da transferência das ações de titularidade de Furnas (49%) no Complexo Eólico Famosa, composto pelas Centrais Eólicas Famosa I, SP, Pau Brasil e Rosada, todas provenientes do Edital de Leilão LER 03/2011 - ANEEL, para a Brasil Ventos Energia. O registro da transferência ocorreu na mesma data acima, conforme valores constantes do laudo de avaliação da Cia., base junho de 2018. Em 26/11/2018, foi finalizado o processo de compra, por parte de Furnas, da participação de 49% da Holding IBER - Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis S.A. de propriedade do Fundo de Investimento Participações Salus-FIP SALUS, que foi aprovado pela SEST - Secretaria de Coordenação e Governança das Estações. Nessa data, as ações da IBER de titularidade do Fundo de Investimento Participações Salus-FIP SALUS foram transferidas para Furnas. Em 06/12/2

BRASIL VENTOS ENERGIA S.A.

CNPJ/MF 24.042.246/0001-94

2º a Eletrobras, tal medida fez parte da iniciativa de simplificação da estrutura societária e de governança prevista no Planejamento Estratégico da Cia. - Dando continuidade, em 25 de novembro, a ELB informou que seu Conselho de Administração aprovou a convocação de AGE, que seria realizada em 29/12/2023 (AGE), para deliberar sobre a incorporação Furnas. Entretanto, no dia 29/12/2023, após instalada, a Assembleia foi suspensa, por determinação judicial. Os empreendimentos cedidos ou incorporados apresentam as seguintes características: **ii) Projeto em operação comercial: Complexo Eólico FORTIM (100% de Participação):** O Complexo Eólico Fortim localizado no município de Fortim, Estado do Ceará é composto por: **Energia dos Ventos V S.A.**—autorizada pela Portaria MME nº 432 de 17/07/2012 a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL São Januário, localizada no Município de Fortim, Estado do Ceará. Composta por 07 unidades geradoras de 3,0 MW cada, totalizando 21 MW de potência total instalada e com 9,70 MW médios de garantia física de energia (P90), referenciada no ponto de conexão, sendo esta revisada pela Portaria Aneel nº 65, de 19/02/2020. **Energia dos Ventos VI S.A.**—autorizada pela Portaria MME nº 459 de 8/08/2012 a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Nossa Senhora de Fátima, localizada no Município de Fortim, Estado do Ceará. Composta por 10 unidades geradoras de 3,0 MW cada, totalizando 30 MW de potência total instalada e com 13,60 MW médios de garantia física de energia (P90), referenciada no ponto de conexão, sendo esta revisada pela Portaria Aneel nº 65, de 19/02/2020. **Energia dos Ventos VII S.A.**—autorizada pela Portaria MME nº 458 de 08/08/2012 a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Jandaia, localizada no Município de Fortim, Estado do Ceará. Composta por 09 unidades geradoras de 3,0 MW cada, totalizando 27 MW de potência total instalada e com 14,10 MW médios de garantia física de energia (P90), referenciada no ponto de conexão, sendo esta revisada pela Portaria Aneel nº 65, de 19/02/2020. **Energia dos Ventos VIII S.A.**—autorizada pela Portaria MME nº 446 de 25/07/2012 a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL São Clemente, localizada no Município de Fortim, Estado do Ceará. Composta por 07 unidades geradoras de 3,0 MW cada, totalizando 21 MW de potência total instalada e com 10,20 MW médios de garantia física de energia (P90), referenciada no ponto de conexão, sendo esta revisada pela Portaria Aneel nº 65, de 19/02/2020, e **Energia dos Ventos IX S.A.**—autorizada pela Portaria MME nº 409 de 05/07/2012 a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Jandaia I, localizada no Município de Fortim, Estado do Ceará. Composta por 08 unidades geradoras de 3,0 MW cada, totalizando 24 MW de potência total instalada e com 10,60 MW médios de garantia física de energia (P90), referenciada no ponto de conexão, sendo esta revisada pela Portaria Aneel nº 65, de 19/02/2020. O Complexo Eólico Fortim está em fase de operação comercial. Esta fase iniciou-se após a publicação dos Despachos ANEEL para EDV V—Despacho nº 1556/2020, EDV VI—Despacho nº 1557/2020 a partir de 02/06/2020 e EDV VII—Despacho nº 1539/2020, EDV VIII—Despacho nº 1540/2020 e EDV IX—Despacho nº 1541/2020, a partir de 30/05/2020 liberando as usinas a operarem comercialmente. As Licenças de Operação dos 5 Parques Eólicos, Linha de Transmissão e Subestação já foram emitidas pelo Órgão Ambiental (SEMACE) e a implantação dos programas ambientais concluídos. Os recursos necessários para a construção foram viabilizados por meio de uma estrutura financeira de "Project Finance", envolvendo aporte de capital pelo acionista BVE e financiamento de longo prazo. **iii) Projeto em Greenfield: Parque Eólico Itaguacu da Bahia—(96% de participação):** O Parque Eólico Itaguacu da Bahia I contará com cerca de 300 MW de potência e está localizado nos Municípios de Itaguacu da Bahia e Gentio do Ouro, será implantada uma rede de distribuição de 34,5kV, interligando o parque eólico a uma subestação de elevação compartilhada de 34,5kV para 500kV, utilizando-se de uma linha de transmissão de 500kV, com cerca de 36km de extensão ligando o Parque ao Sistema Interligado Nacional por meio da subestação denominada Gentio do Ouro II, também no Estado da Bahia. Nesse momento, o Parque Eólico Itaguacu da Bahia I está em regime de desenvolvimento. Em 16/06/2021 foi publicado o Despacho ANEEL nº 1.779, denominado Despacho de Registro de Requerimento de Outorga – DRO, etapa preliminar a solicitação da Outorga de Autorização do empreendimento pedido também já realizado. Seguindo o rito da governança corporativa, o projeto passou por aprovações em inúmeras instâncias, e por fim, foi aprovado o projeto na Diretoria e Conselho da Holding Eletrobras ambas realizadas no mês/06/2021. Em dezembro de 2021, foi publicado o Edital de Licitação LC IBER.0007.2021 com sessão pública ocorrida em fevereiro de 2022, na qual apenas uma empresa interessada apresentou proposta. Contudo, como a única proposta apresentada não atendia aos requisitos mínimos exigidos no Edital, o Agente de Licitação abriu processo de diligência para sanar as falhas na confecção da proposta. Neste processo foi facultada à proponente a apresentação de nova proposta após sanados os problemas identificados e em março de 2022 ocorreu nova sessão pública para o recebimento e negociação dos valores propostos para o Contrato de Fornecimento e o Contrato de Operação e Manutenção. A proposta restou classificada, tendo a proponente enviado a documentação de habilitação que atendeu a todos os requisitos exigidos. Considerando a desestatização das sociedades do Grupo Eletrobras, o processo de licitação foi revogado, a Cia. buscou no mercado, com os fornecedores de aerogeradores, melhores condições comerciais que atendam ao Projeto. A partir da definição da melhor solução técnico/financeira pela holding, o Plano de Negócios será revisado e reapresentado para a Governança interna e da Eletrobras. Ocorre que, diante da análise dos projetos pelas Controladoras, após a desestatização, restou entendido que o projeto, na qualidade em que se encontra, precisa ser reestruturado, passando pelos seguintes passos: (i) definição de um novo layout, que permita um novo pedido de outorga considerando em regime tributário diverso do atualmente previsto; (ii) realização de um estudo de otimização, considerando a hibridização do projeto, com a possibilidade de desenvolvimento de um projeto solar associado, e; (iii) confirmação da conexão do projeto, tendo em vista que o projeto atual ainda não tem assegurada a conexão. Sendo assim, as Controladoras optaram pela desistência do pedido de outorga, conforme orientação enviada em correspondência eletrônica datada de 12.07.2023, a fim de não sujeitarem a Cia. às penalidades pelo possível descumprimento das datas de implantação atualmente constantes do cronograma enviado à ANEEL, sendo certo que a implantação será retomada após o cumprimento das etapas narradas no § anterior. **Geradora Eólica Ventos de Angelim S.A. – Extinta—Incorporadora das Sociedades dos Complexos Eólicos Acaaru e Famosa III (90% de Participação):** Conforme já informado na presente nota explicativa, a Geradora Eólica Ventos de Angelim, após figurar como sociedade incorporadora das extintas sociedades que compunham os Complexos Eólicos Famosa III e Acaaru, entrou em liquidação extrajudicial em 17/02/2023 e teve seu encerramento concluído em 17/07/2023, após o cumprimento de todas as exigências previstas pela Lei 6.404/76 e no Estatuto Social da Cia. A última Assembleia Geral de Acionistas da Geradora Eólica Ventos de Angelim deliberou no sentido de (i) ratificar as baixas contábeis dos ativos imobilizados da Cia., bem como todos os atos praticados pela Liquidante até a presente data; (ii) ratificar a rescisão dos contratos de arrendamento dos imóveis referentes aos projetos eólicos dos parques Arara Azul, Benteví, Ouro Verde I, Ouro Verde II e Ouro Verde III; (iii) aprovar o Relatório de Prestação de Contas da Liquidante, o Laudo de avaliação da Cia. e seu respectivo Balanço de Liquidação; (iv) aprovar o rateio dos saldos em conta corrente e/ou aplicações financeiras existentes para as Acionistas na exata proporção de sua participação societária, sendo os pagamentos realizados na presente data, não tendo restado ativos ou passivos a liquidar; (v) aprovar o encerramento da liquidação e a extinção da Cia. na forma do art. 219, inciso I da Lei 6.404/76; (vi) consignar que caberá à Liquidante, adotar todas as providências cabíveis necessárias para se proceder com o arquivamento e publicação da presente ata, bem como proceder com a baixa da Cia. perante todos os órgãos e autoridades competentes. Além disso, as Acionistas, entre si, e a Cia., outorgaram-se, reciprocamente, a mais plena, rasa, geral, irrevogável e irretroativa quitação, nada mais podendo reclamar, no presente ou no futuro, que tenha por base a existência legal da Cia. As Acionistas outorgaram, ainda, a mais plena, rasa e irrevogável quitação à Liquidante com relação ao período de liquidação, nada mais podendo reclamar, no presente ou no futuro com relação às suas atividades. Dessa forma, ocorreu a extinção da Cia. Geradora Eólica Ventos de Angelim, bem como foram efetivadas as rescisões dos contratos de arrendamento dos projetos que compunham o Complexo Acaaru e Famosa III, ativos os quais os acionistas já haviam realizado a baixa contábil. As demonstrações contábeis da Geradora Eólica Ventos de Angelim S.A. – Extinta foram preparadas conforme as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, para entidades em liquidação que compreende, a NBC TG 900, que normatiza o CPC para Entidades em Liquidação, aprovado em 05/03/2021, produzindo seus efeitos em 1º/06/2021, sendo sua adoção permitida a partir de 1º/01/2021. Dessa forma, em 31/12/2023 a Cia. extinta não consta mais das demonstrações consolidadas, em conformidade com os Pronunciamentos CPC 23—Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros e CPC 31—Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada. **Complexo Eólico Famosa—(49% de participação):** O Complexo Famosa possui 4 SPE's totalizando cerca de 90MW de potência instalada e está localizado em dois Estados, no Rio Grande do Norte no Município de Tibau e no Ceará no Município de Icapuí. Seria interligado ao Sistema Interligado Nacional por meio de linha de transmissão em 69kV, com cerca de 2,1 km de extensão ligando o complexo à subestação Mossoró IV. Nesse momento, os Projetos do Complexo Famosa, formados por 4 parques eólicos, estão em regime de gestão como greenfield, adotando-se apenas a manutenção das obrigações sobre a área dos parques, projetos e licenças ambientais e medição certificada dos ventos. **Complexo Eólico Baleia – Em Liquidação (49% de participação):** O projeto de Baleia possui 6 SPE's, em liquidação extrajudicial, totalizando cerca de 113,2MW de potência instalada com sistema de transmissão de uso restrito em 230kV com 85 Km de distância para a Subestação Pecém II, no Município de Itapipoca, a 130 Km de Fortaleza, no Estado do Ceará. Após a extinção das Sociedades que compunham o Complexo Eólico Punatú, em 30.10.2020, a sociedade São Galvão Eólica S.A. adquiriu os direitos relativos ao projeto de Punatú, com cerca de 132 MW de potência instalada e sistema de transmissão de uso restrito em 230kV com 35 Km de distância para a Subestação Ceará Mirim II, nos Municípios de Maxaranguape e Rio do Fogo, a 81 Km de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte. Conforme informado em Fato Relevante pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A.—ELETROBRAS em 8/09/2023, foi concluída a negociação com a AMBAR e assinado o Termo de Opção de Compra para aquisição pela BVE das ações do FIP MILÃO nas SPEs do Complexo Eólico Baleia nos limites delineados pelo Conselho de Administração da Eletrobras, tendo como condição precedente o recebimento da indenização do processo judicial que são detentoras de direito de recebimento referente a cobrança de indenização securitária. Os valores são alvo de discussão e uma vez estabelecidos, beneficiarão ambos os acionistas (Ambar Energia e Eletrobras), uma vez que a efetivação da compra do ativo pela BVE só ocorreria após a conclusão das discussões e recebimento da seguradora, ainda sem previsão de data para ocorrer. **1.1 Perda para redução ao valor recuperável (impairment) e contratos onerosos:** A Cia. realizou em 31/12/2023, por meio Nota Técnica de Teste de Impairment, emitida pela Gerência Executiva de Valuation e Estruturação (EDVE) e Vice-Presidência de Estratégia e Desenvolvimento de Negócios (VED) da Eletrobras (Controladora), a avaliação de todas as suas unidades geradoras de caixa (UGC) quanto aos aspectos do impairment e contrato oneroso de acordo com os CPC's 01 e 25. O valor recuperável da UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso, através de fluxos de caixas projetados, após o I.R. e a C.S., baseados nos orçamentos financeiros aprovados pela Administração. Visando assegurar que os ativos do grupo Eletrobras, de forma individualizada, não estejam registrados por um valor superior ao passível de uso ou venda, se faz necessário evidenciar se os montantes investidos ao longo do tempo e se os contratos mantidos pela Cia. possam ser recuperados mediante a aplicação de uma taxa de desconto (WACC) estabelecida, para o segmento de geração, visando verificar se os empreendimentos ou contratos da Cia. obtiveram Valor Presente Líquido (VPL) positivo. Caso o VPL seja negativo, ele é reconhecido imediatamente mediante uma provisão para perdas, caracterizando, assim, o impairment e/ou contrato oneroso. A taxa de desconto utilizada foi calculada de acordo com a metodologia WACC de custo de capital, adotada pelo acionista controlador e utilizando-se a tributação pelo lucro real. As principais premissas utilizadas para descartar as projeções de fluxo de caixa e determinar o valor em uso da UGC foram: WACC médio nominal antes do IR e CSL de 5,11% a.a.; taxa média de inflação (IPC) de 3,62% para 2024 e de 3,50% para o longo prazo. O resultado do cálculo 31/12/2023, resultou em uma reversão total de R\$ 69.088, representando o total do saldo provisionado de impairment no teste realizado em 31/12/2022, conforme a seguir detalhado:

Impairment	Total 31/12/2022	Reversões	Total 31/12/2023
Energia dos Ventos V S.A.	(12.016)	12.016	-
Energia dos Ventos VI S.A.	(16.521)	16.521	-
Energia dos Ventos VII S.A.	(16.521)	16.521	-
Energia dos Ventos VIII S.A.	(12.015)	12.015	-
Energia dos Ventos IX S.A.	(12.015)	12.015	-
	(69.088)	69.088	-

1.2 Aprovação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: As demonstrações contábeis da controladora e consolidado foram aprovadas para divulgação pela Diretoria da Cia. em 28/02/2024. **2 Bases de apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições nas leis das sociedades por ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC), aprovados por Resoluções do CFC, além das disposições normativas da Agência Nacional de Energia Elétrica—ANEEL, onde aplicáveis. As práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações contábeis referentes a 31/12/2023, são consistentes com as políticas utilizadas na preparação das demonstrações contábeis referentes a 31/12/2022, divulgadas em conjunto para efeito de comparação. **a) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico. **b) Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Cia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **c) Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dessas estimativas. **d) Demonstrações de valor adicionado—DVA:** A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Cia. e suas controladas representada pelas receitas (receita bruta dos serviços prestados), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo dos serviços, aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capital de terceiros e remuneração de capital próprios. **e) Consolidação:** As demonstrações contábeis consolidadas incluem as informações da Cia. e das seguintes controladas: Energia dos Ventos V, Energia dos Ventos VI, Energia dos Ventos VII, Energia dos Ventos VIII, Energia dos Ventos IX e Itaguacu da Bahia Energia Renováveis S.A. Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas foram utilizadas as demonstrações contábeis das sociedades controladas na mesma data das demonstrações da controladora. Os saldos e as transações entre as Cia. s foram eliminadas nas demonstrações contábeis consolidadas. A participação de terceiros no patrimônio líquido e no lucro líquido das controladas é apresentada separadamente no balanço patrimonial consolidado e na demonstração consolidada do resultado, respectivamente, na conta de "Participação dos não-controladores". **3 Políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas:** As políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas adotadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de acordo com aquelas que já eram aplicadas na Cia., mantendo a uniformidade. **a) Instrumentos financeiros: Ativos financeiros não derivativos:** A Cia., suas coligadas e controladas deixam de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Cia., suas coligadas e controladas cedem e transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Cia., suas coligadas e controladas nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Cia., suas coligadas e controladas tiverem o direito legal de compensar os valores e tiver a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. **Passivos financeiros não derivativos:** A Cia., suas coligadas e controladas reconhecem passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Cia., suas coligadas e controladas se tomam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Cia., suas coligadas e controladas baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas. **Fornecedores:** Referem-se a serviços necessários às operações da Cia., suas coligadas e controladas cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço. **Outros ativos e passivos (circulante e não circulante):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Cia., suas coligadas e controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Cia., suas coligadas e controladas possuem uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **b) Imobilizado:** Itens do imobilizado estão registrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment), quando necessário. O custo de ativos construídos pela própria Cia., suas coligadas e controladas incluem o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicável, e os encargos de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros (capitalizados durante a fase de construção,

deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados), quando aplicável em conformidade com as normas do MCSE e MSPSE. As depreciações são computadas pelo método linear e reconhecidas no resultado do exercício, conforme descrito na Nota explicativa nº 10, e leva em consideração o prazo estimado de vida útil dos bens. **c) Intangível:** Refere-se ao custo de software e de cessão e transferência de direitos relativos ao projeto de exploração do Parque Eólico. É registrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada apurada pelo método linear, conforme descrito na Nota explicativa nº 11, e leva em consideração o prazo estimado da concessão. São submeios ao leste de recuperabilidade (impairment) quando existirem indícios de possível perda de valor. **d) Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor do contabil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. **e) Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Cia., suas coligadas e controladas possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação. **f) Tributação:** A Cia., suas coligadas e controladas estão sob o regime de tributação pelo lucro real. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações às quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado. I.R. e C.S. – O I.R. e a C.S. do exercício corrente é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para I.R. e 9% sobre o lucro tributável para C.S. sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de C.S., limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com I.R. e C.S. compreende os impostos de renda e C.S. corrente. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **g) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Cia., suas coligadas e controladas decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Cia., suas coligadas e controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas. **h) Arrendamento:** Em vigor desde 1º/01/2019, a IFRS 16, refletida no CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil, tem como objetivo fornecer a base para que os usuários das demonstrações contábeis possam avaliar o efeito dos arrendamentos sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa das Cia. s. O valor do contrato de arrendamento é mensurado e registrado no ativo e no passivo. No ativo é registrado o direito de uso a valor de custo, e no Passivo o valor que tem a pagar trazido a valor presente. O ativo é amortizado pelo prazo de concessão e o passivo pelos pagamentos aos arrendantes. A Cia., suas coligadas e controladas aplicaram a IFRS 16 utilizando o método retrospectivo modificado e as informações financeiras, todos os contratos vigentes em 1º/01/2019, com possibilidade de conter um arrendamento, nos termos descritos na norma, foram objeto de avaliação pela Cia., suas coligadas e controladas. **i) Investimentos em coligadas e controladas:** As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Cia.. Os investimentos em empresas controladas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial desde a data que o controle é adquirido. Após reduzir a zero o saldo contábil da participação do investidor, perdas adicionais são consideradas, e um passivo (provisão para passivo a descoberto) é reconhecido somente na extensão em que o investidor tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas de fazer pagamentos por conta das controladas. Coligada é uma entidade sobre a qual a Cia. exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas. Os investimentos em coligadas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma coligada é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Cia. no patrimônio líquido da coligada a partir da data de aquisição. **j) Resultado básico por ação:** O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações da Cia., pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o mesmo período. **k) Demonstração dos Fluxos de Caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2). **l) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: (i) Julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Cia. requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis. Quando necessário, as estimativas basearam-se em pareceres elaborados por especialistas. A Cia., suas coligadas e controladas adotam premissas derivadas de experiências históricas e outros fatores que entenderam como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Cia., suas coligadas e controladas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **(ii) Estimativas e premissas:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste material no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são descritas a seguir. **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custo de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custo de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, correspondentes ao período da concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Cia. ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhoraria a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. **Provisões para ações judiciais:** A Cia., suas coligadas e controladas reconhecem provisão para ações judiciais, conforme descrito na Nota explicativa nº 17. Estas provisões são registradas somente quando a possibilidade de perda for considerada provável pelos advogados da Cia., suas coligadas e controladas. O registro das provisões para ações judiciais ocorre quando o valor da perda puder ser razoavelmente estimado. Por sua natureza, as provisões para ações judiciais serão resolvidas quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Avaliar tais passivos, particularmente no incerto ambiente legal brasileiro, bem como em outras jurisdições envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros. **m) Pronunciamentos, normas e interpretações contábeis que não estavam em vigor em 31/12/2023:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estavam em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo CPC. • Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e à IAS 28/CPC 18 (R2) Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto; • Alterações à IAS 1 / CPC 26 (R1) Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante; • Alterações à IAS 1 Passivo Não Circulante com Covenants; • Alterações à IAS 7 e à IFRS 7 Acordos de Financiamento de Fornecedores; • Alterações à IFRS 16 Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback". A Cia. e suas controladas não adotaram antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações contábeis. Entretanto, não se espera que essas normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Cia. e suas controladas. **Reforma Tributária no Brasil:** Em 20/12/2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços—CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços—IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi criado um Imposto Seletivo ("IS") – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos das LC. A Cia. e suas controladas estão em processo de avaliação de potenciais impactos da citada reforma tributária. **n) Ajustes dos saldos comparativos:** Os valores relativos às demonstrações de resultados individuais e consolidadas para o exercício findo em 31/12/2022, originalmente apresentados nas demonstrações contábeis aprovadas pela diretoria da Cia., estão sendo reapresentados para fins de comparação, em conformidade com os pronunciamentos técnicos CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas, Retificação de Erros e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, tendo em vista que em julho de 2023, por meio de AGE, os acionistas da Geradora Eólica Ventos de Angelim—Extinta, deliberaram sobre a dissolução e liquidação da Controlada, passando a ser considerada com Operação descontinuada nos termos do CPC 31—Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	Ajuste 31/12/2022	31/12/2022	Ajuste 31/12/2022
		(reapresentado)		(reapresentado)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	-	-	71.186	71.186
CUSTO OPERACIONAL	-	-	-	-
Depreciação/amortização	-	-	(29.068)	(29.068)
Operação e manutenção de usinas	-	-	(10.602)	(10.602)
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(547)	(547)
	-	-	(40.217)	(40.217)

	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022
DESPESA OPERACIONAL				
Pessoal e administradores	(1.555)	(1.555)	(4.892)	(4.892)
Material	(7)	(7)	(35)	(35)
Serviço de terceiros	(2.281)	(2.281)	(4.724)	(4.707)
Depreciação	(3)	(3)	(21)	(21)
Tributos	(20)	(20)	(415)	(404)
Seguros	(245)	(245)	-	-
Outras receitas (despesas)	-	-	(3.594)	(3.320)
Reversão (perda) para redução ao valor recuperável (impairment)	-	-	(26.250)	32.934
	(4.111)	(4.111)	(39.931)	6.685
	(48.410)	(29.680)	(18.730)	(9.041)

Resultado da equivalência patrimonial
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022
RESULTADO FINANCEIRO	(52.521)	(29.680)	(22.841)	(18.003)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO				
Receitas financeiras	4.072	-	4.072	8.303
Despesas financeiras	(10)	-	(10)	(41.998)
	4.062	-	4.062	(33.695)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DA TRIBUTAÇÃO	(48.459)	(29.680)	(18.779)	(51.698)

	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022
C.S.	-	-	(34)	(34)
I.R.	-	-	(71)	(71)
	-	-	(105)	(105)

LUCRO (PREJUÍZO) DA OPERAÇÃO CONTINUADA

	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022
PREJUÍZO DA OPERAÇÃO DESCONTINUADA	(48.459)	(29.680)	(18.779)	(51.803)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(48.459)	(29.680)	(18.779)	(51.803)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	Ajustes 31/12/2022	31/12/2022	Ajustes 31/12/2022
		(reapresentado)		(reapresentado)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	(48.459)	29.680	(18.779)	(51.803)
Ajustados por:				
Depreciação e amortização	10 e 11	4	4	29.089
Equivalência patrimonial	9	48.410	(29.680)	18.730
Encargos financeiros, líquidos		-	-	41.928
Constituição de provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	17.1	-	-	1.190
Atualização financeira	5	-	-	(2.516)
Provisão(Reversão) para ressarcimento – CCEAR	17	-	-	8.152
Baixa de bens para doação	10 e 11	-	-	903
Perda para redução ao valor recuperável – Impairment	10 e 11	-	-	26.250
Lucro (Prejuízo) dos períodos ajustados		(45)	(45)	62.234

BRASIL VENTOS ENERGIA S.A.

CNPJ/MF 24.042.246/0001-94

Caixa líquido (utilizado nas) atividades de financiamento				(54.588)		(54.588)
(Redução) do caixa e equivalentes de caixa		(15.401)	(15.401)	(11.326)		(11.326)
Demonstração da (redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa						
Caixa e equivalentes no início do exercício		52.512	52.512	85.570		85.570
Caixa e equivalentes no final do exercício	4	37.111	37.111	74.244		74.244
(Redução) do caixa e equivalentes de caixa		(15.401)	(15.401)	(11.326)		(11.326)
		Controladora		Consolidado		
	Notas	31/12/2022	Ajustes 31/12/2022	31/12/2022	Ajustes 31/12/2022	
1. GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
Receitas						
Receita operacional bruta	19	-	-	78.210	-	78.210
				78.210		78.210
Insufícios adquiridos de terceiros						
Serviços de terceiros		(2.281)	(2.281)	(15.326)	17	(15.309)
Material		(7)	(7)	(35)		(35)
Perda para redução ao valor recuperável	10 e 11	-	-	(26.250)	32.934	6.684
Outras despesas operacionais		(245)	(245)	(3.585)	275	(3.310)
		(2.533)	(2.533)	(45.206)	33.226	(11.980)
		(2.533)	(2.533)	33.004	33.226	66.230
		(2.533)	(2.533)	33.004	33.226	66.230

4 Caixa e equivalentes de caixa: A Cia. mantém em caixa equivalente de caixa as aplicações financeiras que possuem característica de aplicação de curto prazo mantidas no Banco do Brasil e no BTG Pactual com a finalidade de satisfazer compromisso rotineiros e com objetivo de remunerar o saldo diário na estimativa de 100% do CDI – Certificados de Depósito Interbancário (aplicações automáticas realizadas pela instituição financeira), conforme diretrizes apresentadas pela controladora ELETROBRAS.

Caixa e saldo de conta corrente bancária						
Aplicações financeiras		38.428	37.110	81.410		74.213
Total		38.428	37.110	81.432		74.244

5 Fundo vinculados – Consolidado					
Empresa	Contrato	Saldo 31/12/2022	Resgate	Atualização	Saldo 31/12/2023
Energia dos Ventos V	nº 187.2018.529.4956	4.814	-	491	5.305
Energia dos Ventos VI	nº 187.2018.535.4957	6.765	-	690	7.455
Energia dos Ventos VII	nº 187.2018.536.4958	6.043	-	616	6.659
Energia dos Ventos VIII	nº 187.2018.537.4959	4.789	-	489	5.278
Energia dos Ventos IX	nº 187.2018.533.4960	5.277	-	537	5.814
		27.688	-	2.823	30.511
		27.688	(2.050)	2.516	27.688
Empresa	Contrato	Saldo 31/12/2021	Resgate	Atualização	Saldo 31/12/2022
Energia dos Ventos V S.A.	nº 187.2018.529.4956	4.728	(351)	437	4.814
Energia dos Ventos VI S.A.	nº 187.2018.535.4957	6.660	(509)	614	6.765
Energia dos Ventos VII S.A.	nº 187.2018.536.4958	5.940	(445)	548	6.043
Energia dos Ventos VIII S.A.	nº 187.2018.537.4959	4.699	(346)	436	4.789
Energia dos Ventos IX S.A.	nº 187.2018.533.4960	5.195	(399)	481	5.277
		27.222	(2.050)	2.516	27.688

Os Fundos vinculados referem-se aos valores transferidos pelas controladas que compõem o Complexo Eólico Fortim acima elencadas para conta caução, como condição precedente contratual à liberação das tranches do financiamento firmado com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB, em 31/10/2018 (Nota explicativa nº 12). Em 2019, foram transferidos para a conta caução de titularidade da SPE no BNB. Em maio de 2022 foram feitos resgates parciais, conforme previsão contratual. 6 Consumidores, concessionárias e permissionárias – Consolidado: Os Parques Eólicos São Januário, N.S. Fátima, Jandaia, São Clemente e Jandaia I que compõe o Complexo Eólico Fortim de propriedade respectivamente das Energias dos Ventos V S.A. – EDV V, Energia dos Ventos VI S.A. – EDV VI, Energia dos Ventos VII S.A. – EDV VII, Energia dos Ventos VIII S.A. – EDV VIII e Energia dos Ventos IX S.A. – EDV IX sagrou-se vencedor no 13º Leilão de Energia Nova comercializando respectivamente 7,90 MW médios, 11,20 MW médios, 11,70 MW médios, 8,20 MW médios e 8,70 MW médios por um período de 20 anos no Ambiente de Contratação Regulado – ACR, com início de suprimento em janeiro de 2016. No entanto, devido à perda por caducidade da validade do contrato firmado com a empresa que construiu a subestação "ICG" onde o empreendimento iria se conectar, a solução dada pela ANEEL foi a substituição do ponto de conexão, passando a ser na Subestação Russas II. Para possibilitar o empreendedor construir esse Sistema de Transmissão até o novo ponto, foi publicada o Despacho ANEEL 1.987 de 26/07/2016, dando um novo prazo de entrada em operação comercial para o parque eólico para 01/11/2019, nova data de início de suprimento do CCEAR. A partir de 1º/11/2019, as Cias passaram a receber a receita operacional referente à energia comercializada no referido leilão, das 25 distribuidoras que compraram esta energia. O saldo a receber em 31/12/2023 é de R\$ 7.373 (R\$ 7.108 em 31/12/2022). O prazo médio de recebimento é de 45 dias, não tendo inadimplência e por esse motivo não houve a necessidade de constituir perdas para créditos de liquidação duvidosa. 7 Tributos a compensar: A composição dos tributos recuperáveis é apresentada como segue:

IR e C.S.				599		327
PIS / COFINS / CSLL retidos				11		13
CSLL a recuperar			6			35
IR a recuperar		3.176	2.747	5.867		5.100
Total		3.176	2.753	6.577		5.475

8 Adiantamento para futuro aumento de capital: Os adiantamentos para futuro aumento de capital – AFAC registrados no Investimento em 31/12/2022, na controladora, referem-se a valores repassados para os empreendimentos Geradora Eólica Ventos de Angelim S.A. (extinta conforme informado no contexto operacional) e IBER, visando suportar as despesas administrativas e técnicas, rateadas entre as empresas ligadas à Holding Brasil Ventos S.A. No ano de 2023, ocorreram os processos de integralização do capital resultante do processo de incorporação e dos aportes realizados classificados como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, tanto na Geradora Eólica Ventos de Angelim S.A. quanto na Itaguaçu da Bahia – IBER. A posição dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFACs está demonstrada como segue:

Geradora Eólica Ventos de Angelim S.A.						21.465
Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis S.A.						93.689
Total						115.154

9 Investimentos: Referem-se a valores de participações nas geradoras da Brasil Ventos S.A. Controladora						
Investimentos	%	31/12/2022	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	Investimento em 31/12/2023	
Energia dos Ventos V S.A.	100%	13.071	-	12.030	25.101	
Energia dos Ventos VI S.A.	100%	18.340	-	18.245	36.585	
Energia dos Ventos VII S.A.	100%	10.678	-	16.927	27.605	
Energia dos Ventos VIII S.A.	100%	12.562	-	13.566	26.128	
Energia dos Ventos IX S.A.	100%	26.102	-	13.275	39.377	
Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis	96,7825%	68.215	-	409	68.624	
Central Eólica Famosa I (b)	49%	155	110	(103)	161	
Central Eólica Pau Brasil (b)	49%	118	75	(93)	100	
Central Eólica Rosada (b)	49%	202	72	(13)	261	
Central Eólica SP (b)	49%	151	77	(91)	137	
Geradora Eólica Bom Jesus – em liquidação (a)(b)	49%	9	34	(28)	15	
Geradora Eólica Cachoeira – em liquidação (a)(b)	49%	12	31	(29)	14	
Geradora Eólica Pitimbu – em liquidação (a)(b)	49%	3	35	(28)	10	
Geradora Eólica São Caetano – em liquidação (a)(b)	49%	-	40	(34)	6	
Geradora Eólica São Caetano I – em liquidação (a)(b)	49%	9	33	(28)	14	
Geradora Eólica São Galvão – em liquidação (a)(b)	49%	-	44	(44)	-	
		149.627	550	73.961	224.138	

Provisão para perda em investimento

Geradora Eólica Ventos de Angelim (c)	90%	(1.571)	3.210	(1.639)	-	-

Investimentos						
Geradora Eólica Ventos de Angelim (c)	90%	6.644	(29.680)	(23.036)	21.465	(1.571)
Energia dos Ventos V S.A.	100%	9.685	5.000	(1.614)	13.071	-
Energia dos Ventos VI S.A.	100%	20.971	-	(2.631)	18.340	-
Energia dos Ventos VII S.A.	100%	11.785	-	(1.107)	10.678	-
Energia dos Ventos VIII S.A.	100%	12.557	-	5	12.562	-
Energia dos Ventos IX S.A.	100%	21.453	6.500	(1.851)	26.102	-
Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis	98%	(25.924)	2.940	(2.490)	(25.474)	93.689
Central Eólica Famosa I (b)	49%	176	106	(127)	155	-
Central Eólica Pau Brasil (b)	49%	101	88	(71)	118	-
Central Eólica Rosada (b)	49%	190	95	(83)	202	-
Central Eólica SP (b)	49%	130	93	(72)	151	-
Geradora Eólica Bom Jesus – em liquidação (a)(b)	49%	672	29	(692)	9	-
Geradora Eólica Cachoeira – em liquidação (a)(b)	49%	662	34	(684)	12	-
Geradora Eólica Pitimbu – em liquidação (a)(b)	49%	842	42	(881)	3	-
Geradora Eólica São Caetano – em liquidação (a)(b)	49%	667	32	(699)	-	-
Geradora Eólica São Caetano I – em liquidação (a)(b)	49%	651	29	(671)	9	-
Geradora Eólica São Galvão – em liquidação (a)(b)	49%	4.923	138	(5.061)	-	-
		66.186	15.126	(29.680)	32.902	115.154
		66.186	15.126	(29.680)	32.902	115.154

(*) Vide Nota explicativa nº 8. (a) Em 02/12/2019, em razão das sociedades que compõem os Complexos Punau e Baleia terem extinguido seus contratos de energia de reserva e terem sido revogadas suas portarias autorizativas de outorga, após participação em Mecanismo de Descontratação de Energia, os acionistas deliberaram pela liquidação das sociedades, atualmente em curso. Em 30/10/2020, conforme deliberado nas Assembleias Gerais Extraordinárias das sociedades Punau I Eólica S.A., Carnaúba I Eólica S.A., Carnaúba II Eólica S.A., Carnaúba III Eólica S.A., Carnaúba V Eólica S.A., Cervantes I Eólica S.A., Cervantes II Eólica S.A., que compunham o Complexo Eólico Punau, ocorreu a extinção das referidas sociedades. (b) Para as sociedades do grupo Famosa Central Eólica Famosa I S.A., Central Eólica Pau Brasil S.A., Central Eólica Rosada S.A. e Central Eólica SP S.A. foram adotados

Movimentação dos empréstimos e financiamentos:						
EDV V BNB	nº 187.2018.529.4956	6.080	2.497	5.781	(8.217)	6.141
EDV VI BNB	nº 187.2018.535.4957	8.605	3.659	8.114	(11.662)	8.716
EDV VII BNB	nº 187.2018.536.4958	8.237	3.697	7.314	(10.961)	8.287
EDV VIII BNB	nº 187.2018.537.4959	5.963	2.582	5.748	(8.277)	6.016
EDV IX BNB	nº 187.2018.533.4960	6.720	2.798	6.355	(9.042)	6.821
		35.605	15.223	33.312	(48.159)	35.981
		35.605	15.223	33.312	(48.159)	35.981
		35.605	15.223	33.312	(48.159)	35.981
		35.605	15.223	33.312	(48.159)	35.981

Em 31/10/2018, foram assinados os contratos de financiamento por instrumento particular nº 187.2018.529.4956, nº 187.2018.535.4957, nº 187.2018.536.4958, nº 187.2018.537.4959 e nº 187.2018.533.4960 entre as sociedades controladas Energia dos Ventos V, Energia dos Ventos VI, Energia dos Ventos VII, Energia dos Ventos VIII e Energia dos Ventos IX com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) respectivamente os valores de R\$ 62.243, R\$ 117.490, R\$ 105.742, R\$ 82.242 e R\$ 50.500 do principal a serem providos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). Sobre a dívida incide a taxa de juros dos fundos constitucionais (TFC) apurada mensalmente, pro rata die, calculada e capitalizada no dia 15 de cada mês incidente sobre o saldo devedor, conforme Cláusula 9ª dos contratos. Os encargos financeiros equivalem à taxa efetiva de 2,74% a.a., além do Fator de Atualização Monetária – FAM, composto pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. O garantidor

os balançotes referentes a outubro para o cálculo de equivalência patrimonial e as sociedades do grupo Baleia Geradora Eólica Bom Jesus S.A., Geradora Eólica Cachoeira S.A., Geradora Eólica Pitimbu S.A., Geradora Eólica São Caetano S.A., Geradora Eólica São Caetano I S.A. e Geradora Eólica São Galvão S.A. foram adotados os balançotes referentes a dezembro para o cálculo de equivalência patrimonial em 31/12/2023. (c) Em 30/07/2023, a Cia. Geradora Eólica Ventos de Angelim encerrou seu processo de liquidação voluntária e dessa forma, não consta mais da consolidação, sendo apresentada como Operação descontinuada no resultado do exercício. Dessa forma, a demonstração de resultado de 2022 foi reapresentada, conforme Nota explicativa nº. 3.n).

Consolidado						
Investimentos						
Central Eólica Famosa I		155	110	(103)		161
Central Eólica Pau Brasil		118	75	(93)		100
Central Eólica Rosada		202	72	(13)		261
Central Eólica SP		151	77	(91)		137
Geradora Eólica Bom Jesus – em liquidação		9	34	(28)		15
Geradora Eólica Cachoeira – em liquidação		12	31	(29)		14
Geradora Eólica Pitimbu – em liquidação		3	35	(28)		10
Geradora Eólica São Caetano – em liquidação		-	40	(34)		6
Geradora Eólica São Caetano I – em liquidação		9	33	(28)		14
Geradora Eólica São Galvão – em liquidação		-	44	(44)		-
		659	550	(491)		718

Investimentos						
Central Eólica Famosa I		176	106	(127)		155
Central Eólica Pau Brasil		101	88	(71)		118
Central Eólica Rosada		190	95	(83)		202
Central Eólica SP		130	93	(72)		151
Geradora Eólica Bom Jesus – em liquidação		672	29	(692)		9
Geradora Eólica Cachoeira – em liquidação		662	34	(684)		12
Geradora Eólica Pitimbu – em liquidação		842	42	(881)		3
Geradora Eólica São Caetano – em liquidação		667	32	(699)		-
Geradora Eólica São Caetano I – em liquidação		651	29	(671)		9
Geradora Eólica São Galvão – em liquidação		4.923	138	(5.061)		-
		9.014	686	(9.041)		659

10 Imobilizado: Os detalhes do ativo imobilizado estão demonstrados na tabela a seguir:

Imobilizado em curso						
A ratear		-	-	-	-	-
Imobilizado em serviço						
Administração						
Móveis e utensílios	10		13		38	47
Máquina e equipamentos			-		10	17
Usinas						
Máquinas e equipamentos					478.124	503.192
Sistema de Transmissão de Conexão						
Edificações, obras civis e benfeitorias						

BRASIL VENTOS ENERGIA S.A.

CNPJ/MF 24.042.246/0001-94

15 Arrendamentos	Pagamento		Reversão Provisão		31/12/2023	
	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
Arrendamentos a pagar	98.362	(1.684)	(71.314)	3.907	29.271	29.271
Total	98.362	(1.684)	(71.314)	3.907	29.271	29.271

Arrendamentos a pagar	31/12/2021		Atualização		31/12/2022	
	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Parcela circulante	-	1.581	-	1.702	-	1.702
Parcela não circulante	-	27.690	-	96.660	-	96.660
Total	-	29.271	-	98.362	-	98.362

Em atendimento ao CPC 06 (R2), a Cia. realizou nas controladas, estudo para enquadramento à nova regra do arrendamento e tem reconhecido desde dezembro de 2019, a contabilização da dívida no Passivo, em contrapartida ao Intangível-Direito de Uso. Os saldos classificados no passivo circulante e não circulante, sob o título de arrendamentos a pagar, referem-se a valores contratados com as controladas até o final do contrato de um instrumento que assegura o "Direito de Usar ou Dispor do local a ser destinado à implantação do empreendimento", e é um dos requisitos de habilitação de Projetos Eólicos na Empresa de Pesquisa Energética – EPE para participação dos Leilões da Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL. Em geral, se estabelece nesses contratos um prazo de vigência aderente ao período de prospecção, projeto, implantação e operação do empreendimento, perfazendo uma faixa de aproximadamente 30 anos. Em 01/07/2020, foram feitos os ajustes de provisão na Itaguaçu da Bahia (IBER) referente à atualização do contrato de arrendamento celebrado em 09/04/2020. Até a entrada em operação do parque eólico da Itaguaçu da Bahia (IBER), o arrendamento é pago por valor fixo contratual, corrigido anualmente pela variação do IPCA e devido todo mês/10% cada ano. A partir da entrada em operação, o valor do arrendamento passa a ser calculado pelo percentual de 1,5% da receita gerada. Em 2023, conforme informado no contexto operacional (Nota explicativa nº. 1), o projeto retornou ao status de *GreenField*, no orçamento da controladora, e os arrendamentos foram recalculados considerando seu pagamento por valor fixo contratual até o fim da vigência dos contratos, corrigido anualmente pela variação e devido todo mês/10% cada ano, até que se tenha um novo cronograma de implantação. Isso resultou na reversão de R\$ 71.560 do valor provisionado. A diferença entre o intangível e o passivo de arrendamentos a pagar se dá pelo fato de no intangível a movimentação ocorrer pela amortização, enquanto no passivo a movimentação é realizada pelos pagamentos aos arrendatários. **16 Transações com partes relacionadas:** a) **Cessão de contratos de direitos:** Os saldos classificados no passivo não circulante, no consolidado, sob o título Contrato de Cessão de Direitos, referem-se ao valor a pagar pelas sociedades Geradora Eólica Ventos de Angelim aos desenvolvedores dos projetos em decorrência do Termo de Cessão e Transferência de Direitos de Exploração do projeto do Parque Eólico, conforme AGE de 22/12/2020 pela incorporação das sociedades Geradoras Arara Azul, Benteví, Ouro Verde I, Ouro Verde II, Ouro Verde III, Santa Rosa e Uirapurú e da Itaguaçu da Bahia Energia Renováveis S.A., respectivamente nos valores R\$ 3.664 e R\$ 7.111, totalizando R\$ 10.775, registrado em 31/12/2022. Em 31/12/2023 com a extinção da Cia. Angelim, o valor registrado na conta totaliza R\$ 8.049 que se refere somente a Itaguaçu da Bahia Energia Renováveis S.A.

Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A.	Consolidado		31/12/2023	
	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
Parcela circulante	-	3.664	-	8.049
Parcela não circulante	-	7.111	-	8.049
Total	-	10.775	-	16.098

Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A.	Consolidado		31/12/2023	
	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Parcela circulante	-	3.664	-	8.049
Parcela não circulante	-	7.111	-	8.049
Total	-	10.775	-	16.098

b) Adiantamento para futuro aumento de capital: Referem-se aos aportes efetuados pelo acionista controlador para futuro aumento de capital que totalizam R\$ 460.726 em 31/12/2023 e de 2022. Os respectivos adiantamentos foram utilizados para a capitalização e construção das coligadas e controladas indicadas na Nota explicativa nº 9 (Investimentos). **17 Provisões:** 17.1 Provisões para ações judiciais e depósitos judiciais – Consolidado

Processos cíveis (a)	31/12/2023		31/12/2022	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Processos cíveis (a)	12.965	12.965	12.965	12.965
Processos cíveis (b)	4.260	4.261	4.260	4.261
Processos trabalhistas (c)	90	163	90	163
Total	17.315	17.389	17.315	17.389

(a) Processo 0189904-02.2021.8.19.0001-Trata-se de ação ajuizada pela empresa Pellon Advogados, através da qual a autora busca o valor total de R\$ 11.782, montante consolidado do complexo Fortim, sob a alegação de honorários de sucumbência derivados da ação judicial contra a CHUBB referente ao contrato de fornecimento dos aerogeradores. Pela avaliação do departamento jurídico da Cia. a probabilidade de realização de perda é classificada como provável e o seu saldo atualizado de R\$ 12.965 foi atualizado em 2022 e para a continuação da discussão do mérito foi realizado o depósito judicial em março de 2022 no mesmo valor. (b) Refere-se à parcela incontroversa dos pleitos apresentados pela empresa STK, contratada para execução da Linha de Transmissão e Rede de Média Tensão (CT EDV.ENG.009.2018 e CT.EDV.ENG.016.2018), e reconhecida pelas sociedades contratantes do Complexo de FORTIM, após emissão de Relatório Técnico nº 007-2020, Relatório Técnico nº 011-2020 (Pleitos da SELT/Bay) e Relatório Técnico nº 015-2020 (Consolidação dos Pleitos da RMT), pela Engenharia do Proprietário. Ressalta-se que os valores possuem previsão de pagamento na rubrica de contingenciamento do plano de negócios. Cumpre esclarecer, ainda, que a controlada STK, buscando o reconhecimento da totalidade dos pleitos que apresentou à contratante, entendeu por ingressar com procedimento arbitral, incluindo na discussão, também, a parcela incontroversa admitida pela contratante, além das penalidades contratuais que lhe foram aplicadas. Segue a seguir a composição do saldo referente aos valores considerados como parcela incontroversa dos pleitos apresentados.

PROVISÃO STK	POTEN-CIA	Nº DE MA-QUINAS	31/12/2023		TO-TAL	
			LT	RMT		
São Januário (EDV V)	21	MW	7	562	165	727
Nossa Senhora de Fátima (EDV VI)	30	MW	10	803	235	1.038
Jandaia (EDV VII)	27	MW	9	724	212	936
São Clemente (EDV VIII)	21	MW	7	562	165	727
Jandaia I (EDV IX)	24	MW	8	644	188	832
TOTAL	123			3.295	965	4.260

(c) O valor de R\$ 90 em 2023 refere-se ao ingresso de ação reclamatória trabalhista ajuizada por três ex-colaboradores de empresa terceirizada, onde a Cia. subsidiariamente é responsável, através da qual os autores buscam indenização, sob a alegação de pagamento de salários e reflexos salariais durante a prestação de serviço. Pela avaliação do departamento jurídico da Cia., a probabilidade de perda da ação foi classificada como provável e o seu saldo atualizado foi provisionado. Já o de R\$ 163 de 2022, trata-se de ação reclamatória trabalhista ajuizada por ex-colaboradora, através da qual a autora buscou indenização, sob a alegação de redução de jornada de trabalho inexistente. Pela avaliação do departamento jurídico da Cia., a probabilidade de perda da ação foi classificada como provável e o seu saldo atualizado foi provisionado, tendo a ação tido seu desfecho com a condenação da Cia., ocorrido o trânsito em julgado em dezembro de 2022, liquidado em janeiro e março de 2023 (valor total da condenação, considerando o crédito da autora, honorários sucumbenciais, e guias de INSS e IR). Em 31/12/2023 e 2022, a Cia. e suas controladas não possuem ações judiciais com prognóstico de perda possível e serem divulgadas. **17.2 Provisões para ressarcimentos:** As controladas que compõem o Complexo Fortim possuem Contratos de Comercialização no Ambiente Regulado "CEEAR" que operam contratos de venda de energia do Leilão ANEEL Nº 007/2011 nos termos da sua Resolução RES-1138/2011, datada de 08/12/2011, que estabelecem que sejam apuradas ao em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. Os contratos estabelecem limites para os desvios, conforme as regras descritas abaixo: • Os ressarcimentos por desvios negativos de geração (abaixo da faixa de tolerância-10%) serão pagos em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte. • Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância de 10% de geração serão ressarcidos em 12 parcelas após possíveis compensações com desvios positivos iniciados após o final do 1º quadriênio, contado a partir do início de suprimento do contrato, valorado ao preço contratual vigente. O 1º ciclo dos Contratos de Comercialização no Ambiente Regulado "CEEAR" se encerrou em dezembro de 2022 e que marca o final do 1º quadriênio de apuração de sobras e excessos no fornecimento contratado de energia, está apresentado conforme segue:

Insuficiência de Fornecimento-Quadriênio 2019-2022 (a)	31/12/2023		31/12/2022	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Insuficiência de Fornecimento-Anual (b)	19.445	12.815	19.445	12.815
Pagamento (desconto) na receita informada pela CCEE (c)	9.618	31.528	9.618	31.528
Insuficiência de Fornecimento-Quadriênio 2023-2026 (d)	-	(5.097)	-	(5.097)
Saldo no final do exercício	34.863	39.246	34.863	39.246

a) Parcela negativa carregada para os anos seguintes, limitada em até 10% do fornecimento contratado – CCEAR, devendo, as insuficiências de fornecimento anual limitada a 10% da energia comercializada, ser quitada ao final de cada quadriênio, por meio de desconto na receita de venda, apurada pela CCEE. (b) Ressarcimento-Insuficiência que supera os 10% do fornecimento contratado, percentual esse de 10% que reflete a insuficiência quadriênal, conforme esclarecido em (a), que deve ser descontado pela CCEE nos faturamentos mensais do ano subsequente. (c) Os pagamentos, descontos realizados pela CCEE, foram suspensos em face de diversos geradores de energia terem entrado com processos de "constrained-off" contestando insuficiências de fornecimento que lhes foram imputadas, mas que decorram de restrições impostas pelo ONS. (d) As controladas emitiram o balanço energético a fim de apurar a geração de energia frente aos contratos assinados, e constataram que referente ao ano de 2023 a necessidade de provisão de ressarcimentos anual e quadriênal de R\$ 5.800 e R\$8566 respectivamente. Do valor total apurado a título de ressarcimento, apenas o montante de R\$ 2.602, referente a parcela anual do ano de 2020 possui calendário de desconto apurado, sendo descontados nos primeiros 4 meses do ano de 2024, os demais valores apurados aguardam definição da CCEE quanto a sua confirmação e regularização pelo órgão e definição do calendário de descontos. Os valores foram corrigidos pelas Controladas utilizando o IPCA a partir do fim de cada período de apuração, tendo o valor de R\$ 1.779 de atualização financeira em 31/12/2023. A movimentação da provisão para ressarcimento está apresentada conforme segue:

Saldo no início do exercício	31/12/2023		31/12/2022	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Insuficiência de fornecimento – Anual (a)	39.246	31.094	39.246	31.094
Insuficiência de fornecimento – Quadriênio (b)	656	8.152	656	8.152
Reprocessamento dos dados atualizados pela CCEE (c)	5.800	-	5.800	-
Atualização financeira (d)	(12.620)	-	(12.620)	-
Saldo no final do exercício	34.863	39.246	34.863	39.246

(a) Ressarcimento anual-Insuficiência que supera os 10% do fornecimento contratado, que deve ser descontado pela CCEE nos faturamentos mensais do ano. (b) Ressarcimento quadriênal-Parcela negativa de insuficiência carregada para os anos seguintes, limitada em até 10% do fornecimento contratado – CCEAR; e (c) Durante o ano de 2023, o departamento de engenharia da Cia. atualizou os dados recebidos pela CCEE

e refez os cálculos referente ao quadriênio 2019-2022, cujo resultado foi objeto Nota Técnica NT.BV.FORTIM.007.2023 e seu valor corrigido pelo IPCA até 31/12/2023. O recebimento e reprocessamento dos dados atualizados pela CCEE, a Cia. teve a confirmação de êxito nos seus pleitos referentes ao "constrained off" do exercício de 2020. (d) Os valores são corrigidos pela Cia. utilizando o IPCA a partir do fim de cada período de apuração, tendo o valor de R\$ 1.779 de atualização financeira em 31/12/2023. **18 Patrimônio líquido:** a) **Capital Social:** Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o capital social subscrito e integralizado está representado por 11.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais da Cia.. O capital social autorizado da Cia. é de R\$ 551.400.

Fumas Centrais Elétricas S.A.	31/12/2023		31/12/2022	
	Quantidade de ações	% do capital social	Quantidade de ações	% do capital social
Total	11.000.000	100,00%	11.000.000	100,00%

b) Reserva de capital

Transação de Capital	31/12/2023		31/12/2022	
	Quantidade de ações	Valor em R\$ mil	Quantidade de ações	Valor em R\$ mil
Cessão não Onerosa de ações do complexo Fortim	(54.104)	(54.104)	(54.104)	(54.104)
Cessão não Onerosa de ações do complexo IBER	(6.816)	(6.816)	(6.816)	(6.816)
Cessão não Onerosa de ações do complexo Famosa I	1.439	1.439	1.439	1.439
Cessão não Onerosa de ações do complexo Baleia	1.723	1.723	1.723	1.723
Destinação dos Lucros do período 2018	23.456	23.456	23.456	23.456
Total	(34.302)	(34.302)	(34.302)	(34.302)

Complexo Fortim—Em 30/12/2017, foi assinado o contrato de cessão não onerosa das ações de Fumas para a Brasil Ventos referente à participação societária de Fumas (99,99%) no Complexo Eólico Fortim. A transferência nos livros societários só ocorreu em 25/01/2018, conforme valores constantes do laudo de avaliação da Cia., base novembro de 2017, após o recebimento de correspondência da ANEEL, dispensando a anuência requerida para a mencionada cessão. Em 13/07/2018, foram assinados contratos de cessão não onerosa para a Brasil Ventos das ações da Central Eólica São Januário referente à participação societária da geradora de 0,01% na Energia dos Ventos V S.A., da Central Eólica Nossa Senhora de Fátima referente à participação societária da geradora de 0,01% na Energia dos Ventos VI S.A., da Central Eólica Jandaia referente à participação societária da geradora de 0,01% na Energia dos Ventos VII S.A., da Central Eólica São Clemente referente à participação societária da geradora de 0,01% na Energia dos Ventos VIII S.A. e da Central Eólica Jandaia I referente à participação societária da geradora de 0,01% na Energia dos Ventos IX S.A. A transferência ocorreu conforme valores constantes do laudo de avaliação da Cia., base junho/2018. Desde então, as SPE's, que compõem o Complexo Eólico Fortim, passaram a ser subsidiárias integrais da Brasil Ventos Energia. **Complexo Itaguaçu da Bahia**—Em 04/06/2018, ocorreu a cessão não onerosa das ações de Fumas para a Brasil Ventos, referente à participação societária de Fumas (49%) na sociedade denominada Itaguaçu da Bahia Energia Renováveis S.A. (IBER). O registro da transferência ocorreu conforme valores constantes do laudo de avaliação da Cia., base março de 2018. Em 26/11/2018, foi finalizado o processo de compra, por parte de Fumas, da participação de 49% da IBER de propriedade do Fundo de Investimento Participações Salus-FIP SALUS, que foi aprovado pela SEST – Secretaria de Coordenação e Governança das Estatais. Naquela data as ações da IBER de titularidade do Fundo de Investimento Participações Salus-FIP SALUS foram transferidas para Fumas. Em 19/12/2018, foi celebrado o Contrato de Cessão Não Onerosa e Outras Avenças para tratar da transferência para a BVE das ações da IBER (49%) de titularidade de Fumas adquiridas do Fundo de Investimento Participações Salus-FIP SALUS em novembro. A BVE passou a ter 98% de participação na IBER. Em 19/12/2023 a AGE da IBER deliberou sobre entre outros assuntos a nova configuração societária resultante do capital social aprovado e consolidado no montante de R\$ 124.905, que passa a ser representada por 96,7825% de ações do acionista Brasil Ventos Energia S.A., proporcionalmente à sua participação no capital de R\$ 120.886, e 3,2175% de ações do acionista Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A., proporcionalmente à sua participação no capital de R\$ 4.019. **Complexo Eólico Famosa**—Em 21/09/2018, foi celebrado o Contrato de Cessão Não Onerosa e Outras Avenças que trata da transferência das ações de titularidade de Fumas (49%) no Complexo Eólico Famosa, composto pelas Centrais Eólicas Famosa I, SP, Pau Brasil e Rosada, todas provenientes do Edital de Leilão LER 03/2011 – ANEEL, para a Brasil Ventos. O registro da transferência ocorreu na mesma data acima, conforme valores constantes do laudo de avaliação da Cia., base junho de 2018. **Complexos Punaú e Baleia**—Em 06/12/2018, por meio da celebração de contratos de cessão não onerosa, também ocorreu a cessão da totalidade da participação de Furnas, correspondente a 49% nos complexos eólicos Punaú e Baleia, para a Brasil Ventos Energia. O Complexo Eólico Punaú é composto pelas sociedades Punaú I Eólica S.A., Carnaúba I Eólica S.A., Carnaúba II Eólica S.A., Carnaúba III Eólica S.A., Carnaúba IV Eólica S.A., Cervantes I Eólica S.A., Cervantes II Eólica S.A. e o Complexo Eólico Baleia é composto pelas sociedades Bom Jesus Eólica S.A., Cachoeira Eólica S.A., Pitimbu Eólica S.A., São Caetano Eólica S.A., São Caetano I Eólica S.A. e São Galvão Eólica S.A. A transferência ocorreu conforme valores constantes do laudo de avaliação da Cia., base setembro de 2018. Em 30/10/2020, conforme deliberado nas Assembleias Gerais Extraordinárias das sociedades Punaú I Eólica S.A., Carnaúba I Eólica S.A., Carnaúba II Eólica S.A., Carnaúba III Eólica S.A., Carnaúba IV Eólica S.A., Cervantes I Eólica S.A., Cervantes II Eólica S.A., ocorreu a extinção das referidas sociedades, como forma de exaurimento da liquidação extrajudicial iniciada em 02/12/2019. Ressalta-se que os projetos foram alienados para a sociedade São Galvão Eólica S.A., pertencente ao Complexo Eólico Baleia, cuja composição acionária é análoga a das referidas sociedades extintas.

Venda de energia (a)	Ressarcimento (b)	31/12/2023		Total receita líquida	
		Total da receita bruta	(-) Tributos e encargos		
Energia dos Ventos V S.A.	14.151	1.133	15.284	(1.333)	13.951
Energia dos Ventos VI S.A.	20.073	1.569	21.642	(1.894)	19.748
Energia dos Ventos VII S.A.	21.061	(177)	20.884	(1.984)	18.900
Energia dos Ventos VIII S.A.	14.610	1.185	15.795	(1.390)	14.405
Energia dos Ventos IX S.A.	15.464	2.454	17.918	(1.467)	16.451
Total	85.359	6.164	91.523	(8.068)	83.455

Venda de energia (a)	Ressarcimento (b)	31/12/2022		Total receita líquida	
		Total da receita bruta	(-) Tributos e encargos		
Energia dos Ventos V S.A.	14.249	(982)	13.267	(1.197)	12.070
Energia dos Ventos VI S.A.	20.256	(2.635)	17.621	(1.682)	15.939
Energia dos Ventos VII S.A.	21.231	(3.142)	18.089	(1.800)	16.289
Energia dos Ventos VIII S.A.	14.966	z(562)	14.404	(1.153)	13.251
Energia dos Ventos IX S.A.	15.660	(831)	14.829	(1.192)	13.637
Total	86.362	(8.152)	78.210	(7.024)	71.186

(a) Venda de energia—Os Parques Eólicos São Januário, N.S. Fátima, Jandaia, São Clemente e Jandaia I que compõem o Complexo Eólico Fortim, de propriedade respectivamente das Energias dos Ventos V S.A. – EDV V, Energia dos Ventos VI S.A. – EDV VI, Energia dos Ventos VII S.A. – EDV VII, Energia dos Ventos VIII S.A. – EDV VIII e Energia dos Ventos IX S.A. – EDV IX sagrou-se vencedor no 13º Leilão de Energia Nova comercializando respectivamente 7,90MWmed, 11,20MWmed, 11,70MWmed, 8,20MWmed e 8,70MWmed por um período de 20 anos no Ambiente de Contratação Regulado – ACR, com início de suprimento em janeiro de 2016. No entanto, devido à perda por caducidade da validade do contrato firmado com a empresa que construiria a subestação "ICG", onde o empreendimento iria se conectar, a solução dada pela ANEEL houve a substituição do ponto de conexão, passando a ser na Subestação Russas II. Para possibilitar o empreendedor construir esse Sistema de Transmissão até o novo ponto, foi publicado Despacho ANEEL 1.987 de 26/07/2016, dando um novo prazo de entrada em operação comercial para o parque eólico para 01/11/2019, nova data de início de suprimento do CCEAR. Conforme explicado no Contexto Operacional, a partir da nova data de entrada em operação comercial, as Cia.s têm o direito de receber a receita operacional referente à energia comercializada no referido leilão, por meio das 25 distribuidoras que compraram esta energia. (b) **Ressarcimentos dos Contratos de Comercialização no Ambiente Regulado "CEEAR"** – As controladas que compõem o Complexo Fortim provisionaram até 31/12/2023 o valor de R\$ 6.456, como redutora de sua receita bruta, os ressarcimentos calculados sobre a energia contratual não gerada anualmente e no 2º ciclo quadriênal dos Contratos de Comercialização no Ambiente Regulado "CEEAR" que iniciou em 2023. Adicionalmente, a CCEE por meio do Comunicado 039/2023 divulgou em 2023, a frustração de geração devido a energia não fornecida por "constrained-off" para as fontes eólica, dessa forma, a Cia. reverteu as provisões realizadas no montante de R\$ 12.620 (vide Nota explicativa nº 17.2).

Depreciação e amortização	31/12/2023		31/12/2022	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Encargos setoriais (a)	(29.028)	(29.068)	(29.028)	(29.068)
Operação e manutenção de usinas (b)	(628)	(547)	(628)	(547)
Total	(10.566)	(10.602)	(10.566)	(10.602)

(a) Composto por: (i) **Taxa de fiscalização agência nacional de energia elétrica**—A TFSFE equivale a 0,4% do valor do benefício econômico anual auferido pelo concessionário, permissionário ou autorizado no exercício da atividade desenvolvida, sendo diferenciada em função da modalidade e porte do serviço, correspondente a R\$ 462 em 31/12/2023 (R\$ 438 em 31/12/2022); (ii) **Encargos de uso da rede elétrica** – Em 31/07/2019, foi assinado o Contrato de Uso do Sistema de Transmissão – CUST entre o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS e Concessionárias de Transmissão e as Usúárias Energia dos Ventos V – EDV V denominada EOL São Januário, Energia dos Ventos VI – EDV VI denominada EOL Nossa Senhora de Fátima, Energia dos Ventos VII – EDV VII denominada EOL Jandaia, Energia dos Ventos VIII – EDV VIII denominada EOL São Clemente e Energia dos Ventos IX – EDV IX denominada EOL Jandaia I, contratos respectivamente nº 066/2019, nº 064/2019, nº 063/2019, nº 065/2019 e nº 062/2019. Seu objeto é o uso da Rede Básica pelas Usúárias, incluindo a Prestação dos Serviços de Transmissão pelas Concessionárias de Transmissão às Usúárias, mediante controle e supervisão do ONS e a Prestação pelo ONS dos serviços de coordenação e controle da operação dos sistemas eletroenergéticos interligados, das interligações internacionais e de administração dos Serviços de Transmissão prestados pelas Concessionárias de Transmissão, observados os procedimentos e os padrões estabelecidos nos Procedimentos de Rede, na legislação e na regulamentação vigente. Os contratos também preveem a administração pelo ONS da cobrança e a liquidação dos encargos neles estabelecidos e a execução do sistema de garantias e administrado pelo ONS, atuando por conta e ordem das Concessionárias de Transmissão. Conforme tabela dos Montantes de Uso do Sistema de Transmissão – MUST dos contratos, a cobrança das Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão – TUST iniciou respectivamente em 01/10/2019, 01/09/2019, 01/08/2019, 01/08/2019 e 01/09/2019 e o valor está sendo compensado devido ao ressarcimento de custos de construção do novo sistema de transmissão de uso restrito nos projetos das EDVs V, VI, VII e VIII, tendo no momento somente cobrança na EDV IX com total em 31/12/2023 de R\$ 166 (R\$ 109 em 31/12/2022). (b) Despesas de Operação e Manutenção de Usinas "O&M", gastos com operação e manutenção dos contratos de aerogeradores abrangendo a subestação e linha de transmissão respectivamente a entrada em operação comercial das EDV VII, VIII e IX em 30/05/2020 e das EDV V e VI em 02/06/2020, conforme abaixo:

Pessoal e Conselheiros (a)	31/12/202	
----------------------------	-----------	--

BRASIL VENTOS ENERGIA S.A.

CNPJ/MF 24.042.246/0001-94

estabelece procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por *constrained-off* de usinas eólicas. Considerando o Despacho nº 2303/2019, de 20/08/2019, a ANEEL suspendeu a avaliação pela CCEE dos eventos de *constrained-off* para o ACR até que houvesse regulamentação. As regras serão aplicadas somente para pedidos de reconhecimento de *constrained-off* protocolados na ANEEL cuja apuração foi suspensa pelo Despacho ANEEL nº 2303/2019. Tais eventos são limitados ao CCEAR e CER, não incluindo eventos do ACL. Em outubro de 2021, por meio do Despacho nº 3.080/2021, a ANEEL aprovou a Regra de Comercialização que estabelece o cálculo da energia não fomedida decorrente de *constrained-off* de usinas eólicas. Considerando que a Regra aprovada foi de encontro com o entendimento, principalmente de que fossem consideradas as restrições energéticas para apuração do *constrained-off*, a Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica) protocolou na ANEEL recurso administrativo requerendo: a) Reconhecimento de restrições energéticas; b) Não limitação do reconhecimento no atendimento dos contratos de energia de reserva; c) Reconhecimento da energia do PROINFA como energia do ACR para que haja direito de ressarcimento. Em janeiro de 2023, a CCEE por meio do Comunicado 039/2023 divulgou a frustração de geração devido a energia não fomedida por *constrained-off* para as fontes eólica. O departamento de engenharia da Cia. analisou as informações e a administração da Cia. recomendou o registro do saldo do "constrained off" como conta retificadora do passivo, e irá seguir o calendário apresentado para os descontos dos valores devidos. **27 Informações complementares ao fluxo de caixa:** Durante os exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 foram realizadas as seguintes transações que não envolveram o caixa e equivalente de caixa: - Atualização da Cessão de Direitos; - Encargos de empréstimos; e - Reclassificação entre intangível. **28 Fato significativo:** Está em andamento o novo projeto para o Parque Eólico da IBER que, em um 1º momento, passou por todas as aprovações pela governança corporativa e os ritos regulatórios também foram retomados, de forma a permitir a implantação do Parque Eólico. O ponto principal para o desenvolvimento do empreendimento é a contratação dos aerogeradores, pois além de serem responsáveis pela geração de energia, liberam a contratação dos demais serviços necessários para a construção do Parque Eólico. Sendo assim, foi publicado o Edital LC.IBER.0001.2021 para a contratação, na modalidade "DDP", da fabricação, fornecimento, teste de fábrica, transporte, seguros, montagem, supervisão de montagem e comissionamento dos aerogeradores, materiais e sistemas

associados, necessários à implantação do Empreendimento, bem como a operação e manutenção, conforme constante no Edital e seus anexos, sendo realizada a sessão pública em 30/11/2021, no entanto, nesta ocasião não houve apresentação de propostas e a licitação foi declarada deserta. Foram realizados ajustes na documentação, e em 27/12/2021 foi publicado novo Edital de Licitação LC.IBER.0007.2021 com sessão pública ocorrida em fevereiro de 2022, no entanto, nesta ocasião a proposta apresentada não atendia aos requisitos mínimos exigidos no Edital e o Agente de Licitação abriu processo de diligência para sanar as falhas na confecção da proposta. Neste processo foi facultada a proponente a apresentação de nova proposta após saneados os problemas identificados e em março de 2022 ocorreu nova sessão pública para o recebimento e negociação dos valores propostos para o Contrato de fornecimento e o Contrato de Operação e Manutenção. A proposta restou classificada, a proponente enviou a documentação de habilitação e foi considerada habilitada por atender todos os requisitos exigidos. Em 12.06.2023 foi proferido novo Despacho de Requerimento de Outorga, sob o nº 1.742, por meio do qual a ANEEL (i) registra o Recebimento do Requerimento de Outorga-DRO da Central Geradora Eólica - EOL Itaguaçu da Bahia I; (ii) informa que o DRO referido no caput inclui o posicionamento georreferenciado dos aerogeradores da usina, e (iii) informa que este registro vigorará pelo prazo de 12 meses, a contar de sua publicação. Diante da análise dos projetos pelas Controladoras, após a desestatização, restou entendido que o projeto, na qualidade em que se encontra, precisa ser reestruturado, passando pelos seguintes passos: (i) definição de um novo layout, que permita um novo pedido de outorga considerando em regime tributário diverso do atualmente previsto; (ii) realização de um estudo de otimização, considerando a hibridização do projeto, com a possibilidade de desenvolvimento de um projeto solar associado, e; (iii) confirmação da conexão do projeto, tendo em vista que o projeto atual ainda não tem assegurada a conexão. Sendo assim, as Controladoras optaram pela desistência do pedido de outorga, conforme orientação enviada em correspondência eletrônica datada de 12.07.2023, a fim de não sujeitarem a Cia. às penalidades pelo possível descumprimento das datas de implantação atualmente constantes do cronograma enviado à ANEEL, sendo certo que a implantação será retomada após o cumprimento das etapas narradas no § anterior. **29 Compromissos assumidos:** A Cia. possui os seguintes principais compromissos assumidos: a) Em abril de 2023, as Cia.s do Complexo Eólico Fortim assinaram contrato com a empresa Elimco Soluções de Engenharia Eireli para realização do serviço de

Operação e Manutenção (O&M) do sistema de transmissão de energia elétrica do Complexo, com valor global de R\$ 5.493 e prazo de execução e vigência 36 e 39 meses respectivamente. **30 Operação descontinuada:** Em julho de 2023, a Cia. Geradora Eólica Ventos de Angelim encerrou seu processo de liquidação voluntária, com rateio do saldo remanescente de caixa para os acionistas, conforme percentual de participação societária. Em 30/09/2023 teve seu CNPJ baixado junto aos órgãos competentes e não consta mais da consolidação, sendo apresentada como Operação descontinuada no resultado do exercício.

	31/07/2023	31/12/2022
Despesas operacionais		
Serviço de terceiros	(232)	(17)
Tributos	(15)	(11)
Perda para redução ao valor recuperável - Impairment	-	(32.934)
Baixa da cessão de direitos	3.664	-
Outras despesas	(368)	(274)
Prejuízo antes do resultado financeiro	3.049	(33.236)
Resultado financeiro líquido		
Receitas financeiras	164	262
Despesas financeiras	(3)	(3)
	161	259
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	3.210	(32.977)

31 Eventos subsequentes: Após a cassação das decisões judiciais que suspenderam a AGE instalada no dia 23/12/2023, em 11/01/2024, os acionistas da Eletrobras retomaram os trabalhos e, reunidos na referida AGE, aprovaram, por maioria, a incorporação da subsidiária integral Fumas (Controladora da BVE) à Eletrobras. A incorporação não acarretará aumento de capital, nem a emissão de novas ações pela Eletrobras e nem direito de receso. Após a verificação das condições suspensivas, a incorporação ocorrerá na data a ser definida pelo Conselho de Administração da Eletrobras e a Cia. absorverá todos os bens, direitos, contingências e obrigações de Fumas. Luiz Eduardo Marques Moreira - Diretor Administrativo/Diretor Financeiro. Francisco José Arteiro de Oliveira - Diretor Técnico. Caroline Amaral Becker - Contadora - CRC/SC 031685/O-3.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Brasil Ventos Energia S.A. RJ - RJ **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da Brasil Ventos Energia S.A. ("Cia."), identificadas como controladora e consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Brasil Ventos Energia S.A. em 31/12/2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação a Cia. e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase: Representação das demonstrações contábeis correspondentes:** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3.n), as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em decorrência do processo de liquidação voluntária de controlada, considerada como operação descontinuada nos termos da NBC TG 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operações Descontinuadas, a Cia. ajustou e está representando as demonstrações individuais e consolidadas do resultado correspondentes para fins de comparação, nos termos da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 23 (R2) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (IAS 8 - Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31/12/2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Cia. e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a nossa auditoria das demonstrações contábeis da Cia.. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas

demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes. 2º os critérios definidos nessa Norma são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor A Administração da Cia. é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cia. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cia. ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Cia. e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as

decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria, além disso: • identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressamos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cia. e suas controladas; • avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cia. a não mais se manterem em continuidade operacional; • avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e • obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às demonstrações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. RJ, 28/02/2024 Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. CRC SP-025.583/F-2 Ana Cristina Linhares Areosa - Contadora CRC 1RJ-081.409/O-3

Os membros do Conselho Fiscal da Brasil Ventos Energia S.A. em cumprimento às disposições legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Brasil Ventos Energia S.A. todas referentes ao exercício social findo em 31/12/2023. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o respectivo Relatório dos Auditores Independentes da empresa Grant Thornton Auditores Independentes Ltda., datado de 28/02/2024, referente ao exercício findo em 31/12/2023, o qual não contém ressalvas, concluíram por unanimidade, que as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, bem como os documentos examinados, estão em condições de serem apreciados, opinando favoravelmente pelo encaminhamento ao Conselho de Administração da Brasil Ventos Energia S.A., para posterior aprovação em AGO da Sociedade. RJ, 12/03/2024. **Conselheiros Fiscais:** Fabio Ribeiro Pizzo, Rodrigo Figueiredo Soria, Andréa Costa Amancio Negrão.

ELÉTRON S.A.

CNPJ: 00.514.998/0001-42

Relatório da Administração - Em 31 de Dezembro de 2023 - Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. A evolução de suas operações e os principais fatos ocorridos neste exercício poderão ser examinados através das próprias demonstrações contábeis. Rio de Janeiro, xx de abril de 2024. **Elétron S.A.**

Balanço patrimonial - Em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)		Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)				
	2023	2022	Capital social subscrito	Reservas de lucros	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) acumulados
Ativo Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	3.754	6.817				
Tributos a recuperar	1.095	1.112				
Total do Ativo Circulante	4.849	7.929				
Não Circulante						
Depósitos judiciais	75.300	67.539				
Total do Ativo Não Circulante	75.300	67.539				
Total do Ativo	80.149	75.468				
Passivo Circulante						
Obrigações Fiscais	69.775	29				
Dividendos a pagar	-	3.122				
Total do Passivo Circulante	69.775	3.151				
Patrimônio Líquido						
Capital social	30.801	30.801				
Reserva de lucros	-	41.516				
Prejuízo acumulado	(20.427)	-				
Total do Patrimônio Líquido	10.374	72.317				
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	80.149	75.468				

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto o lucro (prejuízo) por ação)	
	2023
Receitas e Despesas operacionais	2022
Despesas gerais e administrativas	(70.365)
Outras receitas operacionais	10
	(70.355)
Resultado financeiro	
Receitas financeiras	8.412
Despesas financeiras	(649)
(Prejuízo) / Lucro líquido do exercício	(61.943)
(Prejuízo) / Lucro básico e diluído por ação	(1.270,3)

Demonstração do resultado abrangente - Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)	
	2023
(Prejuízo) / Lucro líquido do exercício	(61.943)
Resultado abrangente do exercício	(61.943)

Demonstração do fluxo de caixa - Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)	
	2023
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	2022
(Prejuízo) / Lucro líquido do exercício	(61.943)
Outras receitas operacionais	-
Atualização monetária	(7.893)
(Prejuízo) / Lucro líquido do exercício ajustado	(69.836)
Redução (aumento) de ativos:	
Tributos a recuperar	149
Depósito judiciais	-
Redução (aumento) de passivos:	
Tributos a recolher	69.770
Dividendos	(3.146)
Recursos utilizados nas atividades operacionais	(3.063)
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	(3.063)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	6.817
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	3.754
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	(3.063)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - Em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Elétron S.A. ("Companhia"), sociedade de capital fechado com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem por objetivo a participação em outras sociedades comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou cotista, a participação em empreendimentos imobiliários e, como cotista, em fundos de investimento regularmente constituídos. Em 2022 foi encerrada favoravelmente à Companhia uma ação declaratória com a confirmação de não incidência de tributos sobre a indenização recebida pela Companhia em 2018. Após Trânsito em julgado favorável a Companhia, em

junho de 2022 foram levantados os depósitos judiciais com os devidos acréscimos legais no montante de R\$1.380 Milhões que foram distribuídos como dividendos aos acionistas da Companhia. A Companhia ingressou com uma nova ação para que seja reconhecida a não incidência de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS sobre a taxa SELIC que remunerou os depósitos judiciais levantados, com novos depósitos judiciais realizados. Com base na publicação do tema 1243/STF e dos temas 504 e 505/STJ a Administração da Companhia julga como remotas as chances de êxito, razão pela qual efetuou a contabilização de provisão para perda dos valores atualizados depositados pela Companhia no contexto da discussão da não incidência de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS sobre a taxa SELIC que remunerou os depósitos judiciais já levantados, conforme descrito na nota explicativa nº 6. **2. Apresentação das demonstrações contábeis:** 2.1. **Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira, nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e Resoluções emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade. A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. A Administração aprovou e autorizou estas demonstrações contábeis em 26 de março de 2024. As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo. As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico onde a Companhia opera ("moeda funcional"). A elaboração das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos anualmente. Não houve alterações nas premissas e políticas contábeis em relação às informações anuais da Companhia em 31 de dezembro de 2022. **3. Práticas contábeis materiais:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. a) **Instrumentos financeiros** - i) **Ativos financeiros não derivativos** A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. **Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até 90 dias a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. ii) **Passivos financeiros não derivativos** - Os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais

do instrumento. b) **Tributos a recuperar** - São demonstrados pelos valores originais efetivamente recuperáveis no curso normal das operações, atualizados monetariamente de acordo com as regras legais, e representam créditos fiscais associados às retenções de tributos federais. c) **Depósitos judiciais** - Os depósitos judiciais são realizados para dar curso a discussões judiciais. São apresentados no ativo na expectativa de que ocorram desfecho favorável das questões para a Companhia e são atualizados monetariamente de acordo com a natureza do tributo. d) **Impostos e contribuições - Imposto de renda e contribuição social corrente** - A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% conforme legislação, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. e) **Contingências** - Os passivos contingentes decorrentes de litígios ou notificações das entidades fiscalizadoras são avaliados pela Administração da Companhia, com base na análise individual destes processos, tendo como base, a opinião dos seus advogados e consultores jurídicos. Aqueles considerados como de perda provável são provisionados nas demonstrações contábeis e os de perda possível, desde que relevantes, são divulgados em notas explicativas, podendo ser provisionados a critério da Administração. **4. Caixa e equivalentes de caixa:** As aplicações financeiras de curto prazo são constituídas de quotas de fundos de investimentos de renda fixa, mantidos em instituições de primeira linha, prontamente conversíveis em caixa. **5. Obrigações fiscais e depósito judicial:** 5.1 - **Depósitos judiciais** - Em 31 de dezembro a movimentação dos depósitos judiciais está dessa forma apresentada:

Depósitos judiciais	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	67.539
Atualização monetária	7.761
Saldo em 31 de dezembro de 2023	75.300

5.2 - Obrigações Fiscais - Refere-se à ação ordinária em que se discute a legitimidade da incidência de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS sobre a taxa SELIC que remunerou depósitos judiciais de tributos federais. A Companhia se resguardou pelo monte equivalente garantido por depósito judicial. Com base na publicação do tema 1243/STF e dos temas 504 e 505/STJ a Administração da Companhia julga como remotas as chances de êxito, razão pela qual efetuou o registro de obrigações fiscais dos valores atualizados depositados no contexto da discussão da não incidência de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS sobre a taxa SELIC que remunerou os depósitos judiciais levantados em julho de 2022. **6. Patrimônio líquido:** a) **Capital social** - Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado da Companhia no valor de R\$ 30.801 está representado por 48.763.658 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A Companhia poderá aumentar o seu capital independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$ 1.000.000 mediante deliberação do Conselho de Administração. b) **Distribuição dos lucros** - Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apresentou prejuízo do exercício, portanto não houve distribuição do resultado.

Diretoria
Norberto Aguiar Tomaz
Ana Carolina Silva Moreira Lima
Marcelo Seixas Cavalcanti de Albuquerque - Contador CRC-RJ 087065/O-8

Diário do
Acionista

publicidade@diariodoacionista.com.br

Tels.: (21) **99122-4278**
Tels.: (11) **2655-1899**

Cardeal Tempesta



Orani João Tempesta, O.Cist
Arcebispo do Rio de Janeiro

4º Domingo da Páscoa

“A pedra que os pedreiros rejeitaram tornou-se agora a pedra angular” (Sl 117/118)

Celebramos neste domingo o quarto Domingo da Páscoa, chamado como Domingo do Bom Pastor, e que somos convidados a rezar por todas as vocações, sobretudo as sacerdotais e religiosas, para que todos sejam a semelhança de Cristo Bom Pastor, que cuida das ovelhas do rebanho. O Bom Pastor é aquele que dá a vida por suas ovelhas, que se preocupa com as ovelhas e cuida daquelas que estão feridas.

O Domingo do Bom Pastor é o Dia Mundial de Oração pelas Vocações. Neste 61º domingo de orações, o Papa Francisco enviou sua mensagem com o tema: “Chamados a semear a esperança e a construir a Paz”, refletindo sobre todas as vocações. Neste domingo, porém, rezamos de modo especial pelas vocações de especial consagração. Rezemos para que não faltem sacerdotes e religiosos que se preocupem com as ovelhas, a Igreja precisa ser uma “igreja em saída”, como sempre nos fala o Papa Francisco, ou seja, não ficar dentro das sacristias de nossas igrejas esperando as pessoas, mas ir ao encontro de todos, sem distinção. Todos temos necessidade de um “pastoreio” que se realize em nome de Jesus Cristo, o Bom Pastor.

Deus nos conhece pelo nome. Desde o nosso batismo, passamos a pertencer ao rebanho de Deus, e quando nos afastamos um pouco do rebanho, Ele nos chama de volta. Quando estamos tristes ou feridos, Ele cuida de nós. Assim devem ser os sacerdotes e religiosos, devem “sentir o cheiro das ovelhas” e conhecer os paroquianos pelo nome, cuidar dos que estão tristes e adoentados, e lhes dar novo ânimo.

Elevemos a Deus uma prece por todos os bispos, sacerdotes, religiosos e religiosas para que de fato sejam bons pastores e cuidem do rebanho a eles confiados. Rezemos sempre para que não faltem jovens que queiram abraçar a vida sacerdotal, pois sem os sacerdotes não tem Igreja. Rezemos pelos sacerdotes nestes tempos de tantas dificuldades para que permaneçam firmes em meio às dificuldades hodiernas.

A primeira leitura dessa missa é do livro de Atos dos Apóstolos (At 4,8-12), nesse trecho, acompanhamos o crescimento da Igreja primitiva e como ela foi se difundindo no primeiro século. Esse crescimento da Igreja, de certo modo, incomodava algumas pessoas, sobretudo aos fariseus e doutores da lei, e ao Império Romano. Mas, como sempre o Espírito Santo guia e acompanha a Igreja e aqueles que estão à frente da Igreja.

A leitura retrata Pedro “cheio do Espírito Santo”, falando às autoridades dos judeus, anciãos e chefes do povo que tudo aquilo que ele e seus companheiros fazem, é em nome de Jesus de Nazaré que realizam. Jesus é a pedra que eles rejeitaram e agora se tornou a pedra angular. É por meio do nome de Jesus que todos nós somos salvos, em nenhum outro há salvação.

O Salmo responsorial é o 117 (118), que diz em seu refrão: “A pedra que os pedreiros rejeitaram tornou-se agora a pedra angular”. Esse refrão do salmo é em resposta aquilo que Pedro disse na primeira leitura, ou seja, os judeus desprezaram aquele que trazia toda graça e salvação, e agora se tornou a pedra angular, ao nome de Jesus todo joelho se dobre, e por meio d’Ele seremos salvos de nossos pecados.

A segunda leitura é da primeira carta de São João (1Jo 3,1-2), João vai dizer que Deus nos deu um grande presente no dia do nosso batismo, ser chamados “filhos de Deus”. Que honra deve ser para nós sermos chamados filhos de Deus, e devemos viver essa adoção filial de Deus por nós como tal. Nós fomos feitos à imagem e semelhança de Deus, e Jesus é em tudo semelhante a nós exceto no pecado, e quando Jesus se manifestar a nós, O veremos tal como Ele é, pois somos semelhantes a Ele.

O Evangelho desta missa é de João (Jo 10,11-18), nesse Evangelho Jesus se apresenta como o Bom Pastor. O pastoreio d’Ele é diferente dos pastores que existiam na Judeia, pois, eram ladrões e mercenários, e Jesus é aqui Ele que cuida das ovelhas e que vai atrás daquelas ovelhas que estão perdidas e dispersas do rebanho.

Jesus ainda diz que conhece todas as suas ovelhas, pois todos aqueles que o Pai lhe deu fazem parte de seu rebanho. Assim como o Pai lhe conhece, Ele conhece o Pai. Jesus dá a vida pelas ovelhas, ou seja, dá a vida por cada um de nós. Todas as vezes que atualizamos o mistério pascal de Cristo na missa, atualiza-se a entrega d’Ele por nós.

Neste Evangelho, Jesus diz ainda que existem ovelhas que ainda não são do seu redil e a elas também Ele deveria ir. Essas ovelhas que não são do redil, são aquelas pessoas que ainda não acreditavam n’Ele, e Ele precisava ir até elas para anunciar o Reino de Deus, pois foi precisamente para isso que Ele veio. Jesus dá a vida por suas ovelhas, inclusive por essas que ainda não são do seu redil. Quando Jesus morre na cruz, Ele morre por todos e não por alguns, pois a salvação de Deus é para todos.

Gostaria - neste domingo em que também somos chamados a rezar pelas vocações sacerdotais - de convidar o leitor a conhecer o nosso Seminário São José, centro de formação dos futuros sacerdotes da Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro (de outras dioceses do Brasil), que nos próximos dias 24 e 25 celebra os 100 anos de sua reabertura. O mais antigo seminário do Brasil foi fundado aos 5 de setembro de 1739 por D. Frei Antônio de Guadalupe, no Rio de Janeiro, época do Brasil Colônia. Durante alguns anos no século XX, esteve fechado por conjunturas nacionais, e o Cardeal Leme o reabriu há exatos 100 anos.

Celebremos com alegria e confiança esse quarto Domingo da Páscoa, e peçamos ao Senhor da messe que envie operários para a messe, pois a messe é grande e os operários são poucos. Que tenhamos bons pastores, a exemplo de Jesus, que cuidem das ovelhas, e não maus pastores que dispersam o rebanho.

GESTÃO TARCÍSIO

Professor negro preso injustamente é solto em SP

FLÁVIA ALBUQUERQUE/ABRASIL

O professor negro preso na terça-feira passada sob suspeita de ter sequestrado e roubado uma idosa de 74 anos em Iguape, município litorâneo do Vale do Ribeira, no extremo sul do estado de São Paulo, foi solto ontem, após a Justiça emitir um alvará de soltura. Quarta-feira o advogado de Clayton Ferreira Gomes dos Santos, Danilo Reis, impetrou o *habeas corpus*, que foi concedido pela Justiça em caráter liminar. O alvará de soltura foi expedido na tarde de ontem. Antes de voltar para casa para encontrar com a esposa, Clayton foi levado ao Instituto Médico Legal (IML) para passar por exame de corpo de delito.

Já em casa, Clayton falou com a imprensa e disse não entender o motivo pelo qual teve a prisão temporária decretada, já que nunca esteve na cidade de Iguape, que fica a mais de 200 quilômetros (km) do local onde ele vive. “Eu achei que explicando tudo o que expliquei à polícia, que nunca estive lá, não conheço a pessoa, não conheço a região, não sei onde fica, eles iam me soltar na hora. E nunca achei que ia ter que ficar preso por três noites e dois dias. Foi muito difícil, mas, graças a Deus, tinha pessoas ali que me ajudaram muito a ficar

forte, a não deixar o psicológico abalado”, contou o professor, em entrevista à *Agência Brasil*.

Clayton disse que continuará colaborando com as investigações e que, quanto mais rápido a situação for resolvida, melhor para todos. O professor afirmou estar aliviado por estar em casa novamente e lembrou que já passou por diversas dificuldades na vida, mas jamais imaginou viver algo semelhante ao que houve nos últimos dias. “Mas você sair, ter sua liberdade, ficar com a sua família, as pessoas ao seu redor que lutam por você todos os dias, esposa, amigos, enteados, é um alívio. Minha esposa e meus amigos ajudaram muito, mas eu só soube da repercussão quando vi a imprensa, que também me ajudou bastante.”

O professor afirmou que há ainda detalhes sobre a situação que não foram comentados, mas que ele prefere omitir do público neste momento, por receio de que os fatos sejam usados contra ele. Ele ainda não sabe se pedirá uma retratação do Estado. “Já conversei com o meu advogado e vou cumprir com todas as minhas obrigações. Assim que o inquérito terminar, vamos pensar no que fazer.”

Bastante emocionado, Clayton disse que pretende descansar os dois dias de folga que tem por direito para “colocar a cabe-

ça no lugar” e, depois disso, voltar retomar o quanto antes as atividades como professor de educação física.

“O que espero agora é voltar para as minhas atividades o mais rápido possível. Eu levanto cedo para dar aula porque eu gosto. Eu vivi esse meio, sou atleta de futebol, então o que eu mais amo fazer é dar aula de educação física. Viver essa realidade e passar todo o meu conhecimento de vida profissional para os meus alunos. Até para que eles não passem pelas mesmas coisas que eu passei nesses últimos três dias.”

CASO

Segundo o boletim de ocorrência registrado pela idosa, no dia 31 de outubro de 2023, ela caminhava em uma calçada, quando foi abordada por duas mulheres que desceram de um carro. Segundo o relato, elas obrigaram-na a entrar no veículo, no qual o motorista esperava. De acordo com as informações do boletim de ocorrência, os criminosos circularam com a mulher, obrigando-a a fazer transferências bancárias que totalizaram R\$ 11 mil. Na delegacia, a idosa teria reconhecido a foto de Clayton como sendo o motorista do carro.

De acordo com o advogado Danilo Reis, o professor recebeu em casa uma intimação para comparecer à delegacia e, ao che-

gar ao local para verificar do que se tratava, foi surpreendido com um mandado de prisão temporária que ele nem sabia que existia. No mesmo momento, ele foi detido na 26ª DP, em uma região de divisa no bairro do Ipiranga, na capital paulista.

“A prisão foi gerada única e exclusivamente baseada em uma fotografia na qual a vítima teria reconhecido Clayton. Nós não tivemos acesso a essa foto ainda porque o processo corre em sigilo de Justiça e não sabemos onde foi obtida. Acredito que pode ser de documentação pessoal, essas fotos que são alimentadas no sistema. Como ele não tem nenhum apontamento judicial ou criminal, pode ser foto de documentação mesmo”, explicou Reis.

A direção da escola onde Clayton leciona forneceu todos os documentos e folhas de ponto que comprovam seu vínculo empregatício e sua presença em sala de aula no momento em que o crime acontecia em Iguape. “Ele foi sozinho à delegacia porque nunca teve problemas com a Justiça. Ele é *personal trainer* e professor de educação física em uma escola estadual em São Paulo. Nessa data e horário ele estava lecionando, sendo impossível estar em uma comarca de mais de 220 km de distância daqui, praticando qualquer ato ilícito”, disse o advogado.

SÃO SEBASTIÃO

SP desiste de demolição da Vila Sahy, mas destino de bairro é incerto

CAMILA BOEHM/ABRASIL

A Justiça de São Paulo acatou o pedido do governo do estado que decidiu desistir da demolição de imóveis na Vila Sahy, em São Sebastião, no litoral norte. O bairro foi o mais atingido pelos deslizamentos ocorridos no carnaval do ano passado, quando morreram 64 pessoas.

De acordo com a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU), não houve demolição no local, apenas limpeza de ruínas na ocasião dos deslizamentos, e que há um diálogo com a população local sobre um projeto de urbanização, sem nenhuma decisão ainda.

A companhia informou que foram entregues 704 habitações para os afetados, após cadastramento das famílias, e que ainda tem vagas para cadastro de novas famílias. Já as obras de contenção estão sendo realizadas pela Prefeitura de São Sebastião.

Segundo a decisão que extinguiu o processo, com data de 15 de abril, a população da Vila Sahy, por meio da associação de moradores e da Defensoria Pública de São Paulo, apresentou concordância com o pedido de desistência. “Trata-se de ação de natureza coletiva, cuja parte autora requereu a desistência, justificando que as ações estão sendo executadas na Vila Sahy em conversa com a população atingida”, escreveu o juiz Vitor Hugo Aquino de Oliveira.

A Associação de Moradores da Vila Sahy (Amovila) comemorou

a decisão, mas ressalta que ainda há pendências a serem resolvidas na região. “Muitos passos já foram dados. Mas a luta continua! Qualquer projeto no bairro terá sempre que ser discutido com os moradores. Estamos com muitas demandas que ainda não foram concluídas, muitos fios soltos, é necessário fortalecer a união para no coletivo buscarmos soluções”, declarou a entidade, em nota.

PEDIDO

A Procuradoria-Geral do estado (PGE) havia entrado em novembro do ano passado com uma ação pedindo para derrubar 893 residências. No mês seguinte, a solicitação foi reduzida para 194 casas já desocupadas, além de 172 imóveis que, segundo o governo, estariam em áreas de maior risco.

O pedido de desistência, feito pela PGE em janeiro deste ano e acatado pela Justiça, contempla todos os imóveis, conforme confirmou a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU) à *Agência Brasil*.

O morador Moisés Teixeira Bispo, que tem acompanhado as ações do poder público na região, relatou que toda a Vila Sahy está em obras. “Estamos morando em um canteiro de obras, é um momento de muito transtorno para as pessoas, mas é para o nosso bem maior. É um projeto muito grandioso e tudo isso para nenhuma casa sair. Acreditamos nisso, estamos em constante diálogo com o município, com o governo, para nos auxiliar”, disse.

Em relação aos imóveis em área de risco, Moisés disse que estão sendo feitas obras de contenção e drenagem, já em fase final. Ele acrescenta que, depois das obras, haverá novos estudos para avaliação dos riscos locais.

De acordo com Moisés, há uma aproximação entre o poder público e a Associação de Moradores da Vila Sahy para discussão do projeto de urbanização a ser implementado na região. “Vai ter uma reunião no futuro, para junto [com a CDHU e prefeitura] a gente participar desse projeto, não um projeto imposto pela Justiça, e sim um projeto dialogado com a população”, disse.

O comerciante Poio Estavski disse que, embora alguns moradores estejam enfrentando um momento mais tranquilo, sempre haverá uma incerteza e preocupação com a questão das demolições, pois estão em área de risco. “A cada vez que toca a sirene da Defesa Civil, todos os moradores ficam em pânico”, disse.

“Apesar da realização de uma excelente obra de macrodrenagem, contenção de barreiras e drenagem das águas fluviais, que já está em fase final, os moradores acreditam que essa obra será capaz de segurar a questão da tragédia, mas ainda é uma questão muito forte e presente em suas vidas”, acrescentou.

Valdemir Santos Cruz, também morador do bairro, destacou a resistência e organização da comunidade para conseguir uma reparação após a tragédia. “Hoje nossa gente está realmente esperançosa, há esperança de vi-

da aqui nesse lugar, a partir da nossa resistência, a partir da nossa luta, a partir da nossa base”, afirmou. “Isso não quer dizer que a luta terminou, estamos vencendo mais uma batalha no sentido de recuperação da tragédia”, acrescentou.

MONITORAMENTO

O governo de São Paulo, por meio da Defesa Civil, informou que investiu na modernização do monitoramento meteorológico e que um novo radar foi instalado em Ilhabela, com capacidade de monitorar todo o litoral norte e a Baixada Santista, a partir de um investimento de R\$ 10 milhões. O equipamento está em operação desde dezembro.

Com isso, é possível observar a incidência de descargas elétricas na atmosfera com maior precisão, além de indicar o sentido do deslocamento das células de chuva, o que permite maior antecipação na emissão dos alertas em tempo real e maior eficiência nas medidas de prevenção junto às áreas de risco.

A Defesa Civil também instalou a sirene de alerta Sisar (Sistema de Alerta Remoto), para temporais em áreas de risco, nos municípios de São Sebastião (Vila Sahy), Guarujá e Franco da Rocha, com investimento de R\$ 2,4 milhões. Também são realizados exercícios simulados para abandono de área de risco e foi implantado canal do WhatsApp com conteúdos diários, informativos e educativos para todos que acessarem o canal pelo link do órgão.

Nota

SP: HOMEM É BALEADO POR BOMBEIRO APÓS PULAR CATRACA DA ESTAÇÃO DA LUZ

Um homem foi baleado na tarde de quarta-feira por um bombeiro de folga dentro da Estação da Luz do Metrô, na região central de São Paulo. Segundo a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (SSP), o caso ocorreu por volta das 16h, logo após o homem ter pulado a catraca do metrô para não pagar a passagem. “Por volta das 16h desta quarta-feira, um bombeiro militar passava pelos bloqueios da Estação da Luz, região central da capital paulista, quando viu um passageiro pulando a catraca do local. O bombeiro tentou intervir e entrou em luta corporal

com o indivíduo, que acabou baleado na perna”, informou a nota da secretaria. Este é o segundo caso conhecido, somente neste mês de abril, de violência envolvendo um militar dentro desta mesma estação de metrô. No dia 6 de abril, uma passageira que estava sentada na plataforma foi agredida por um policial militar fardado. No ano passado, também na Estação da Luz, um maquinista que trabalhava havia 11 anos na Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) e que iniciava o turno de trabalho atirou contra dois colegas, matando um deles. De acordo com a SSP, o próprio bombeiro socorreu o passageiro até a Santa Casa, com ajuda das equipes e da ambulância do Metrô.

ASSISTOLIA

Justiça derruba resolução do CFM que proíbe 'pré-aborto'

A Justiça Federal em Porto Alegre suspendeu ontem a resolução aprovada pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) que proíbe a realização da chamada assistolia fetal para interrupção de gravidez. O procedimento é usado pela medicina nos casos de abortos previstos em lei, como em estupro.

A decisão foi assinada pela juíza Paula Weber Rosito e atendeu ao pedido de suspensão feito pela Sociedade Brasileira de Bioética (SBB) e o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes).

A magistrada entendeu que o CFM não tem competência legal

para criar restrição ao aborto em casos de estupro.

"A lei que rege o CFM, assim como a lei do ato médico não outorgaram ao Conselho Federal a competência para criar restrição ao aborto em caso de estupro", escreveu a juíza. Desta forma, a magistrada liberou a realização do procedimento em gestantes com ou mais de 22 semanas em todo o país.

A magistrada também citou que quatro mulheres estupradas e que estão em idade gestacional de 22 semanas não conseguiram realizar o procedimento de assistolia após a entrada em vigor da resolução. O fato foi di-

vulgado pela imprensa.

"Defiro o pedido liminar para suspender os efeitos da Resolução n. 2.378/2024 do CFM, não podendo a mesma ser utilizada para obstar o procedimento de assistolia fetal em gestantes com idade gestacional acima de 22 semanas, nos casos de estupro", concluiu.

Nas redes sociais, o relator da resolução do CFM, Raphael Câmara, conselheiro federal pelo Rio de Janeiro, disse que o conselho pretende recorrer da decisão judicial. Ele também pede apoio à norma para "salvar bebês de 22 semanas".

Ao editar a resolução, o CFM

argumenta que o ato médico da assistolia provoca a morte do feto antes do procedimento de interrupção da gravidez e decidiu vetá-lo.

"É vedada ao médico a realização do procedimento de assistolia fetal, ato médico que ocasiona o feticídio, previamente aos procedimentos de interrupção da gravidez nos casos de aborto previsto em lei, ou seja, feto oriundo de estupro, quando houver probabilidade de sobrevivência do feto em idade gestacional acima de 22 semanas", definiu o CFM.

Após a publicação da resolução, a norma foi contestada por diversas entidades.

DESPACHOS DE MORAES

STF: documentos divulgados nos EUA sigilosos de Moraes

WESLEY GALZO/AE

O Supremo Tribunal Federal (STF) afirmou ontem, que os documentos sigilosos vazados pela ala do Partido Republicano na Comissão de Justiça da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos são apenas os ofícios enviados às plataformas para o cumprimento das ordens de remoção dos perfis, e não a íntegra das decisões devidamente fundamentadas que justificaram a medida.

"Todas as decisões tomadas pelo STF são fundamentadas, como prevê a Constituição, e as partes, as pessoas afetadas, têm acesso à fundamentação", diz um comunicado divulgado à imprensa pela Secretaria de Comunicação do tribunal.

Os documentos divulgados pelos deputados republicanos reúnem mais de 500 páginas de ordens de Moraes. A maior parte dos despachos mantém a mesma estrutura discursiva. O texto padrão escrito pela equipe do ministro se repete em dezenas de atos, com prazo de duas horas para remoção dos perfis e multa diária de R\$ 100 mil.

O ministro também exige das plataformas autuadas que prossigam com o envio dos dados de registro das contas para o STF, bem como a preservação do conteúdo postado pelos usuários - ou seja, que ele seja conservado para consulta posterior.

Para explicar o modelo de atuação de Moraes, o STF exemplificou que os despachos sigilosos divulgados seriam equivalentes a mandados de prisão - ou seja, o teor do documento apenas informa que uma ordem deve ser cumprida. A fundamentação juri-

dica apresentada pelo ministro para justificar as decisões são geralmente divulgadas em despachos separados, que não foram apresentados pelos deputados republicanos.

Antes de comunicar as contas que devem ser removidas pelas plataformas, Moraes informa nos despachos que "foi proferida decisão nos autos sigilosos em epígrafe". Contudo, é comum que alguns réus em processos relatados pelo ministro se queixem de não terem tido acesso à íntegra dos autos antes de sofrerem medidas cautelares. O ministro e o STF já negaram diversas vezes que esse cenário seja verdadeiro.

Um dos poucos casos em que Moraes apresentou no despacho os argumentos que o levaram a remover determinadas contas das redes sociais foi em relação ao perfil da "Ordem dos Advogados Conservadores do Brasil" no X (antigo Twitter). O pedido para que a página fosse retirada do ar partiu da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), sob o argumento de que os seus administrados empreenderam "verdadeiro tumulto contra a Democracia brasileira, por intermédio dos seus perfis nas redes sociais".

Moraes acatou os argumentos da OAB e argumentou que as publicações feitas pela Ordem dos Advogados Conservadores ocorreram no contexto de atos antidemocráticos que visavam dar um golpe de Estado após a derrotada do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) nas eleições de 2022. Ainda de acordo com o ministro, as manifestações do perfil nas redes sociais se "revestem de caráter instigador" da invasão às sedes dos Três Poderes no dia 8 de janeiro de 2023.

APROXIMAÇÃO

Lula participa de celebração do Dia do Exército em aceno aos militares

RAFAELA FERREIRA/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) (foto C) deve participar, hoje do evento em celebração ao Dia do Exército, em uma nova tentativa de se reaproximar das Forças Armadas após atritos causados pela reação dos militares aos ataques golpistas do 8 de janeiro. A presença do presidente foi confirmada pelo Palácio do Planalto ontem.

A solenidade será em palanque organizado no Quartel General do Exército em Brasília (DF). No evento, autoridades e instituições civis e militares que tenham prestado relevantes serviços ao Exército serão condecoradas com a "Ordem do Mérito Militar" e a medalha Exército Brasileiro", como informou o Planalto.

Em outro recente gesto de reaproximação, Lula desautorizou ações do governo para relembrar os 60 anos do golpe militar de 1964. Apesar de pressionado por sua base de esquerda, o presidente cancelou os even-



MARCELO CAMARGO/ABRASIL

tos públicos de rejeição à ditadura militar para evitar atritos com as Forças Armadas. O presidente afirmou, em fevereiro, que não quer ficar "remoendo o passado" e que está mais preocupado com os atos golpistas de 8 de janeiro.

Na celebração do Dia do Exército de 2023, Lula havia cogitado não ir à cerimônia. Porém, segundo ele, a presença foi para mostrar que "não guarda rancor" dos militares. "Hoje foi o Dia do Exército brasileiro e todo mundo sabe o

quanto eu andava magoado com os militares desse País por conta de tudo o que aconteceu. Fiquei a noite inteira pensando 'vou ou não vou?'. Tomei a decisão de ir e acho que Deus me ajudou a decidir", disse o presidente.

ROGÉRIO ANDRADE

Nunes Marques ordena retirada de tornozeleira eletrônica de bicheiro

O ministro Kassio Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu a necessidade do uso de tornozeleira eletrônica e recolhimento noturno do contraventor Rogério Andrade. Patrono da escola de samba Mocidade Independente de Padre Miguel, Andrade foi alvo de uma operação conjunta da Polícia Federal e do Ministério Público do Rio (MPRJ) em 2022. Ele é acusado de chefiar uma organização criminosa que con-

trola o jogo do bicho em diversas partes do Rio.

A decisão de Nunes Marques foi proferida em despacho na terça-feira passada. O Tribunal de Justiça do Rio (TJRJ) recebeu o ofício e já determinou à Secretaria de Administração Penitenciária (Seap) que revogue as medidas cautelares contra o bicheiro.

Rogério Andrade chegou a ficar preso alguns meses em 2022, mas foi solto no fim daquele ano após um habeas corpus conce-

dido pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Desde então, ele era monitorado por tornozeleira eletrônica e obrigado a retornar a sua residência antes das 18h.

O contraventor acionou a Suprema Corte após o STJ negar habeas corpus semelhante em novembro do ano passado. A defesa alegava que as medidas cautelares perduravam por muito tempo e sem necessidade, uma vez que o bicheiro cumpria todas as determina-

ções judiciais.

Rogério Andrade é sobrinho de Castor de Andrade, um dos mais famosos contraventores da história do Rio. Ele assumiu o controle do jogo após a morte do tio, em 1997. À época, o filho de Castor, Paulinho, era apontado como sucessor natural no comando, mas ele foi assassinado cerca de um ano depois. Rogério chegou a responder como mandante do crime, mas foi absolvido.

BAHIA E MATO GROSSO

Lula assina decretos para homologar duas terras indígenas

CAIO SPECHOTO/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou ontem à noite, decretos de homologação das terras indígenas Aldeia Velha (BA) e Cacique Fontoura (MT), em solenidade no Ministério da Justiça. A cerimônia é a retomada do Conselho Nacional de Política Indigenista, que havia sido extinto em 2019, no governo Bol-

sonaro. Lula foi eleito com diversos acenos à causa indígena. Prometeu, em sua campanha, retomar a demarcação de terras. Ele já havia assinado decretos de homologação de oito terras em 2023: Arara do Rio Amônia (AC), Kariri-Xocó (AL), Rio dos Índios (RS), Tremembé da Barra do Mundaú (CE), Uneiuxi (AM), Avá Canoeiro (GO), Acapuri de Cima (AM) e Rio Gregório (AC).

VACINAÇÃO

Google e Ministério da saúde fecham parceria

LARA CASTELO/AE

O Google e o Ministério da Saúde anunciaram ontem uma nova parceria com o objetivo de aprimorar as informações sobre Unidades Básicas de Saúde (UBSs) disponíveis na plataforma. Para isso, a pasta irá fornecer dados atualizados de 40 mil UBS, incluindo localização, horário de funcionamento, contato e um link direcionando ao Calendário Nacional de Vacinação.

Na prática, ao buscar no Google Maps ou no Buscas coisas como "postos de saúde próximos a mim" ou "vacinação perto de mim", os usuários terão acesso às principais informações dos postos de saúde mais próximos, além de serem conectados ao link para o Calendário Nacional de Vacinação.

Segundo as instituições, a primeira fase da iniciativa foi lançada no ano passado, durante o Google for Brasil, evento do Google realizado no País.

A expectativa, de acordo com Google e o Ministério da Saúde, é que a parceria contribua para a adesão da população às campanhas de vacinação, revertendo a queda das coberturas vacinais registradas nos últimos anos.

Ainda, em nota, ao citar o desenvolvimento da Estratégia de Saúde Digital para o Brasil até 2028 (ESD28), as instituições disseram que a "avaliação e o monitoramento de dados são partes fundamentais do trabalho de recuperação das coberturas vacinais, para que o cidadão esteja empoderado de informações oficiais e possa tomar decisões de autocuidado".

H5N1

Gripe aviária: OMS expressa preocupação com risco de propagação da doença

A Organização Mundial da Saúde (OMS) expressou ontem, preocupação com a propagação do vírus da gripe aviária - o H5N1 - para humanos, uma vez que a taxa de mortalidade tem potencial de ser "extremamente alta" neste grupo. Por nota, a entidade destacou que nenhuma transmissão de H5N1 entre humanos foi confirmada até o mo-

mento, mas o contínuo aumento de casos em mamíferos acende o alerta.

"A grande preocupação, é claro, é que ao infectar não só patos e galinhas - mas agora cada vez mais mamíferos - esse vírus evolua e desenvolva a capacidade de infectar humanos e, criticamente, evolua para a transmissão de humano para

humano", disse o cientista chefe da OMS, Jeremy Farrar.

Sobre o surto da doença entre vacas leiteiras nos Estados Unidos, o cientista da OMS apelou por monitorização e investigações mais estreitas por parte das autoridades de saúde pública, "porque pode evoluir para se transmitir de formas diferentes". "Penso que temos de garantir

que, se o H5N1 chegar aos seres humanos através da transmissão entre humanos, estaremos em posição de responder imediatamente com acesso equitativo a vacinas, terapêuticas e diagnósticos", disse. Mas em relação ao potencial risco para a saúde pública, Farrar alertou que o desenvolvimento de vacinas não está "onde precisamos estar".

REGIÃO DOS LAGOS

TSE determina volta de prefeito e vice ao cargo em Armação dos Búzios

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) reformou, ontem, a decisão do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Rio de Janeiro (TRE) que afastou o prefeito e o vice-prefeito do município de Armação dos Búzios e determinou a realização de eleições suplementares no dia 28 deste mês. O TSE julgou impropriedade a ação de investigação judicial eleitoral que cassou os mandatos por abuso de poder econômico.

Com a decisão, além do cancelamento das eleições, o TRE foi oficiado para devolver os cargos ao prefeito Alexandre Martins e ao vice-prefeito Miguel Pereira de Souza, ambos do Republicanos.

Em setembro de 2022, o Colegiado do TRE-RJ confirmou sentença da 172ª Zona Eleitoral, juízo responsável pelo caso, que cassou o mandato do prefeito e do vice-prefeito do município, localizado na Região dos Lagos, por abuso do poder econômico nas eleições de 2020.

Na ocasião, o TRE entendeu que os políticos foram beneficiados por esquema de compra de votos na data do pleito, em 15 de novembro de 2020. A decisão do TRE foi

confirmada monocriticamente pela ministra do TSE Isabel Gallotti, em fevereiro de 2024.

Por maioria, os ministros do TSE seguiram a divergência aberta pelo ministro Alexandre de Azevedo Marques em relação ao voto da relatora Isabel Gallotti, que reafirmava a decisão do TRE do Rio de Janeiro.

Em seu voto, Azevedo Marques argumentou que os autos não comprovaram ter havido compra de votos, com oferta de dinheiro e distribuição de cestas básicas. Ao declarar o resultado, o presidente do TSE, ministro Alexandre de Moraes, afirmou que não ficou comprovada a ligação dos fatos, em razão da falha de instrução no processo.

"Faltou um maior cuidado. É importante deixar estabelecido que a comprovação do que ocorreu nessa conduta, se houvesse comprovação, gera cassação do mandato. O que ocorre é que no caso concreto não há comprovação", afirmou Moraes.

De acordo com o ministro, tais fatos seriam de fácil comprovação em uma cidade pequena. "Faltou, aqui, empenho na apuração e, se faltou empenho na apuração, a dúvida razoável é que deve ser favorecido sempre o réu, o detentor do mandato eletivo."

AUDIÊNCIA

Mulher que levou idoso morto a banco é mantida presa

VITOR ABDALA/ABRASIL

A Justiça realizou ontem a audiência de custódia com Érica de Souza Vieira Nunes, presa em flagrante na última terça-feira, depois de levar um idoso morto para sacar um empréstimo, em nome dele, em uma agência bancária. O rito judicial decidiu pela manutenção da prisão de Érica. Ela foi presa em flagrante por tentativa de furto mediante fraude e vilipêndio a cadáver, mas alega que o homem, que ela diz ser seu tio, estava vivo quando chegou à agência bancária, em Bangú.

O médico do Serviço de Atendimento Médico de Urgência (Samu), que foi chamado por funcionários do banco para atender ao homem, atestou, no entanto, que ele já estava morto há algumas horas.

A tentativa de saque na agência bancária foi registrada em vídeo. Nas imagens, o idoso está pálido e sem qualquer reação ou reflexo, sentado em uma cadeira de rodas, enquanto Érica pede repetidas vezes que ele assine o empréstimo de R\$ 17 mil. A mu-

lher, que informou à polícia ser cuidadora e sobrinha dele, chega a dizer que ele "era assim mesmo". Ao perceberem que havia algo errado com a situação do homem, os funcionários chamaram o Samu.

O delegado Fábio Luiz, responsável pelo caso, disse que o esclarecimento - se a vítima já chegou morta ao banco ou morreu dentro da agência - altera pouco o crime investigado.

"Isso interfere pouco na investigação. O próprio vídeo deixa claro para quem está vendo, por imagem, que aquela pessoa está morta. Imagine ela que não apenas está vendo, mas vendo e tocando. Só o fato de ela ter dado continuidade, mesmo com ele morto, já configura os crimes pelos quais ela vai responder", disse nessa quarta-feira passada Fábio Luiz, em entrevista ao *Repórter Brasil Tarde*, da *TV Brasil*.

A advogada de Érica, Ana Carla de Souza Correa, afirma que o homem estava vivo quando chegou ao banco, e que sua cliente se encontrava em estado emocional abalado e sob efeito de remédios.

COPACABANA

Madonna: 8 em cada 10 quartos estão reservados

VINÍCIUS LISBOA/ABRASIL

Uma prévia divulgada ontem pelo Sindicato Patronal dos Meios de Hospedagem da Cidade do Rio de Janeiro (HotéisRio) mostra que a ocupação de quartos no fim de semana de 3 a 5 de maio já passou dos 80% nos bairros de Copacabana e Leme. A tendência é que o percentual prossiga subindo com a demanda gerada pelo show da cantora Madonna na Praia de Copacabana, marcado para 4 de maio, sábado.

Os dois bairros da zona sul da cidade registram 83,38% de

ocupação de quartos, enquanto centro tem 67,95% e Ipanema/Leblon, 67,53%.

O HotéisRio usa a expressão Efeito Madonna para classificar a demanda e mostra que a média de ocupação hoteleira na cidade está em 70,79% para o fim de semana (de 3 a 5 de maio) do espetáculo.

"A tendência é que Copacabana, local do show, se aproxime da lotação máxima. Depois, a demanda vai se espalhar para as regiões próximas, que ofereçam opções de transporte", disse o presidente do HotéisRio, Alfredo Lopes.

POLÔNIA

Preso suspeito de participar de plano para matar Zelenski

A polícia da Polônia prendeu ontem, um homem suspeito de ser um espião a serviço da Rússia e de participar de uma trama para assassinar o presidente da Ucrânia, Volodimir Zelenski. Segundo o Ministério Público polonês, o suspeito foi identificado como Pawel K e foi preso enquanto tentava passar informações sobre segurança aeroportuária a agentes secretos russos na quarta-feira passada.

Ainda de acordo com os investigadores da procuradoria, o suspeito pretendia passar infor-

mações detalhadas aos russos sobre o funcionamento do Aeroporto Rzeszow-Jasionka, na fronteira entre a Polónia e a Ucrânia e principal ponto de escoamento de ajuda humanitária e militar ao país. Se condenado, ele pode pegar uma pena de 8 anos de prisão.

Os promotores disseram que a prisão é o resultado de uma estreita cooperação com os serviços de segurança da Ucrânia, que os avisaram e forneceram provas cruciais. Ainda não está clara qual a relação entre as informações sobre o aeroporto e o suposto plano contra o presi-

dente da Ucrânia.

Várias pessoas, incluindo um cidadão com dupla nacionalidade, russa e espanhola, foram presas na Polónia sob alegação de espionagem para a Rússia desde que Moscou lançou seu ataque à Ucrânia em fevereiro de 2022.

A Polónia, membro da União Europeia, tem apoiado firmemente a vizinha Ucrânia e Zelenski na luta contra a Rússia por mais de dois anos. Seu governo recentemente alertou para o risco de a Rússia expandir suas agressões militares para outros países da Europa.

ALEMANHA

Na Alemanha, no último dia 11, os promotores disseram que dois homens russo-alemães foram presos por suspeita de espionagem, um deles acusado de concordar em realizar ataques a alvos potenciais, incluindo instalações militares dos EUA, na esperança de sabotar a ajuda à Ucrânia.

Os dois, identificados apenas como Dieter S. e Alexander J., de acordo com as regras de privacidade alemãs, foram presos na quarta-feira, 10, na cidade bávara de Bayreuth, segundo o Ministério Público Federal da Alemanha.

GENOCIDAS

EUA anunciam sanções ao Irã, em resposta a ataque a Israel

GABRIEL BUENO DA COSTA/AE

O governo dos Estados Unidos impôs ontem, sanções contra o Irã, em resposta ao ataque "sem precedentes" realizado pelo país contra Israel, neste fim de semana. Em comunicado, o presidente Joe Biden (foto) reafirmou sua defesa de Israel e disse que os norte-americanos "ajudaram a derrotar este ataque".

Biden disse que os EUA miram agora novas sanções e controles sobre as exportações do Irã. A punição mira líderes e entidades conectadas à Guarda Revolucionária islâmica, ao Ministério da Defesa do país e ao

programa de mísseis e drones do governo de Teerã.

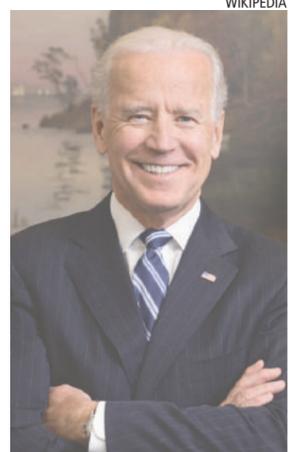
O presidente dos EUA afirmou que discutiu com os líderes do G7 na manhã desta quinta o compromisso de "agir coletivamente para elevar a pressão econômica sobre o Irã". E acrescenta que aliados devem emitir sanções e medidas adicionais para restringir os programas militares do país persa.

Biden lembrou que, durante seu governo, os EUA impuseram sanções contra mais de 600 indivíduos e entidades, incluindo o Irã e aliados dele, como o Hamas, o Hezbollah e os Houthis, e acrescenta que manterá

essa pressão.

O presidente dos EUA ainda reforça o compromisso com a segurança do Irã e diz que "não hesitaremos em adotar todas as ações necessárias para tornar vocês responsáveis", referindo-se aos autores do mais recente ataque iraniano.

Em outro comunicado, o Tesouro americano detalha os alvos das ações, 16 indivíduos e duas entidades, com vínculos com os programas de drones do Irã, por exemplo. O setor siderúrgico do Irã também foi punido, e a nota lembra que ele gera bilhões de dólares ao país anualmente, sobretudo com a exportação de aço.



WIKIPÉDIA

Temos que encorajar Israel a não retaliar contra o Irã, diz presidente do CE

MATHEUS ANDRADE/AE

O presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, disse ontem, que a União Europeia está enviando ao Irã uma mensagem "extremamente clara" com a introdução de novas sanções. Em conferência de imprensa após reunião extraordinária do Conselho Europeu, o belga afirmou: "achamos que é importante isolar o Irã politicamente e diplomaticamente, porque o Irã não é apenas uma ameaça à segurança israelense,

é uma ameaça à segurança regional". Segundo ele, é por isso que encorajamos todas as partes interessadas, incluindo Israel, a não reagir, a não retaliar".

O encontro teve forte componente econômico. A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, também presente no encontro, afirmou: "o desemprego está em mínimas históricas, e a inflação está no caminho da meta de 2%, nosso objetivo é aproveitar isso e tornar crescimento sustentável".

O antigo primeiro-ministro italiano Enrico Letta apelou hoje aos líderes da União Europeia "não perderem tempo", após medidas sugeridas por ele em relatório para fortalecer o mercado interno, lembrando o fosso "cada vez maior" com os Estados Unidos.

Michel disse que os líderes fizeram "progressos substanciais" na união dos mercados de capitais, elogiando as conclusões da reunião como "extremamente importantes". "Essa ideia de aprofundar o mercado de capi-

tais está em cima da mesa há 10 anos. E fizemos progressos substanciais", afirmou. O parágrafo sobre supervisão é "muito mais preciso" e mostra "a vontade dos chefes de Estado de serem muito precisos quando se trata de definir a próxima fase", disse. "Este foi o ponto mais importante que discutimos", disse Michel. Embora tenha reconhecido que havia "diferentes pontos de partida sobre como mobilizar recursos", as conclusões são "extremamente importantes", concluiu.

INDONÉSIA

Vulcão em erupção provoca alerta de tsunami e fecha aeroporto

Equipes de emergência trabalhavam ontem, para retirar milhares de pessoas de uma área remota da Indonésia após o centro de vulcanologia do país emitir o alerta de mais alto nível para o Monte Ruang, indicando uma erupção ativa. Um aeroporto foi fechado e um alerta de risco de tsunami, pela queda de rochas vulcânicas no mar, foi emitido.

Localizado no norte do país, o vulcão começou a expelir lava e cinzas na noite de terça-feira passada, e a atividade vulcânica registrada pelo Centro de Vulcanologia e Mitigação de Desastres Geológico na quarta-feira passada, com cinco grandes erupções, obrigou as autoridades a elevar o nível de alerta ao máximo.

O vulcão prosseguia em ativi-

dade nesta quinta-feira, soprando uma fumaça branco-acinzentada 500 metros acima do pico. Como consequência, o aeroporto internacional Sam Ratulangi, na cidade de Manado, a 100 km de distância, foi fechado porque a "propagação de cinza vulcânica poderia colocar em perigo a segurança dos voos", informou em um comunicado Ambar Suryoko, diretor da agência aeroportuária regional.

As autoridades se esforçavam para retirar 11 mil habitantes da área próxima ao vulcão, incluindo alguns da ilha remota de Tagulandang, que tem quase 20 mil moradores. "A estrada está coberta de matéria vulcânica", disse à AFP por telefone Ikram Al Ulah, integrante das equipes de emergência, que está no porto de Tagulandang.

Alguns moradores começaram a abandonar região por conta própria durante a noite, com medo da erupção. "Durante a noite (de quarta-feira), algumas pessoas saíram por conta própria, mas sem uma ordem devido à erupção do vulcão e à queda das pedras", disse Jandry Paendong, da agência local de busca e resgate.

Os socorristas tentam retirar os moradores em barcos e também tiveram de transferir 17 detentos da penitenciária da ilha de Tagulandang.

ALERTA DE TSUNAMI

O centro de vulcanologia da Indonésia alertou para a possibilidade de parte do vulcão colapsar no mar e causar um tsunami. Uma zona de exclusão ao redor da cratera de seis quilô-

metros foi determinada pelas autoridades.

"A comunidade da ilha de Tagulandang, em particular as pessoas que residem perto da praia, devem permanecer alerta à possível queda de rochas incandescentes (...) e tsunamis provocados pela queda de material do vulcão no mar", declarou Hendra Gunawan, diretor da Agência de Vulcanologia da Indonésia.

Em 2018, a cratera do vulcão indonésio Anak Krakatoa sofreu um colapso e caiu no mar durante uma erupção, perdendo cerca de 75% do seu volume e desencadeando um poderoso tsunami que matou mais de 400 pessoas e deixou milhares de feridos. Uma erupção de 1871 no Monte Ruang também desencadeou um tsunami.